

Relatório e Contas 2023

No Presente, a construir o Futuro

Índice geral



1. A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP, E.P.E.);

- ▶ 1.1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- ▶ 1.2 Missão e Valores
- ▶ 1.3 Órgãos estatutários
- ▶ 1.4 Organograma funcional
- ▶ 1.5 Pessoas e Cultura
- ▶ 1.6 Objetivos estratégicos
- ▶ 1.7 Sustentabilidade
- ▶ 1.8 Principais marcos de 2023



2. Atividade e Áreas de Suporte ao Negócio;

- ▶ 2.1 Enquadramento macroeconómico
- ▶ 2.2 Principais atividades do IGCP
- ▶ 2.3 Áreas de suporte ao negócio
- ▶ 2.4 Eventos subsequentes e Perspetivas



3. Análise às Contas

- ▶ 3.1 Análise às Demonstrações Financeiras
- ▶ 3.2 Proposta de aplicação de Resultados

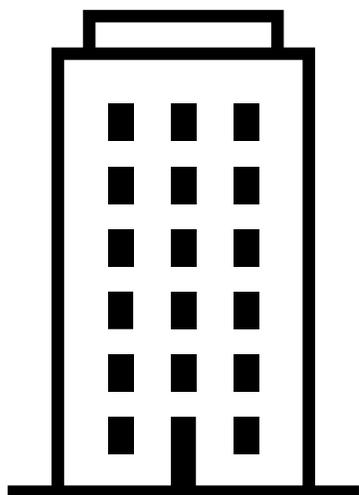


4. Anexos

- ▶ 4.1 Demonstrações Financeiras
- ▶ 4.2 Demonstrações Orçamentais
- ▶ 4.3 Cumprimento das orientações e disposições legais das EPE



1. A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP, E.P.E.)



- ▶ 1.1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- ▶ 1.2 Missão e Valores
- ▶ 1.3 Órgãos estatutários
- ▶ 1.4 Organograma funcional
- ▶ 1.5 Pessoas e Cultura
- ▶ 1.6 Objetivos estratégicos
- ▶ 1.7 Sustentabilidade
- ▶ 1.8 Principais marcos de 2023



1.1 Mensagem do Presidente

Desde a sua criação em 1996, e a sua autonomização em 2012, enquanto entidade do Setor Empresarial do Estado, o IGCP tem pautado a sua atuação pelo profissionalismo e compromisso do serviço público na gestão da tesouraria e do financiamento da República.

O ano de 2023 caracterizou-se pelo acelerar do processo de transformação da Agência, que teve início em 2022, inspirado na paixão da sua missão na gestão da tesouraria e financiamento do Estado, e alicerçado no rigor da atuação e na qualidade dos serviços prestados.

No exercício transato, foram iniciados vários projetos, alguns já em produção, que permitem elevar a experiência dos clientes da administração pública e dos investidores nos produtos de aforro.

O ano foi marcado por um contexto macro de desaceleração acentuada da economia e da inflação, e em que os Bancos Centrais continuaram a aumentar as taxas diretoras até aos atuais máximos, parando, progressivamente, os seus programas de compra de ativos.

Em 2023...

- Assistiu-se à concorrência entre a remuneração de produtos de poupança destinados ao Retalho, tanto em Portugal como na generalidade dos países europeus, tendo-se registado um valor **recorde de subscrição de Certificados de Aforro** - mais de 17 mil milhões de € - que impactou significativamente o programa de financiamento do Estado.
- A Agência foi instrumental na promoção do rating da República, num ano em que Portugal recebeu o **upgrade da sua notação de rating** por três das quatro principais agências de rating internacionais, elevando e consolidando o novo patamar de rating do país, na categoria A: pela DBRS, para o nível A; pela Fitch, para A- e pela Moody's, para o nível A3.
- Destaca-se a **redução do rácio da dívida pública sobre o PIB** de Portugal para um valor inferior a **100%**, para o qual contribuiu a redução do montante da dívida pública em 9 mil milhões de €, neste ano.
- A gestão da dívida direta do Estado, incluindo o desempenho na sua colocação em investidores nacionais e internacionais, permitiu a **redução expressiva do prémio de risco pago pelo Estado**, em comparação com a curva da dívida pública alemã (+69 b.p. vs. +102 b.p. no início do ano, no prazo dos 10 anos) e espanhola (-26 b.p. vs. -5 b.p. no início do ano, também no prazo dos 10 anos).



Valor recorde de subscrições de certificados de Aforro

17.000 M€



Upgrade do rating da República por 3 das 4 principais Agências

Notação de rating A



Redução do rácio da Dívida Pública para menos de 100% do PIB

99%



Redução do prémio de risco (*spread*) a 10 anos, face a Alemanha e Espanha

+102 b.p. → +69 b.p.

-5 b.p. → -26 b.p.



No retalho...

- A Agência abriu **213 mil novas contas de aforristas**, tendo aumentado o seu número de investidores de retalho ativos de 701 mil para cerca de 927 mil (+32%), ao mesmo tempo que se aproximou dos seus aforristas, introduzindo níveis de serviços mínimos na rede física de atendimento, disponibilizando novos canais de atendimento, dotando-se de meios de digitalização de processos e celebrando, pela primeira vez nos mais de 60 anos de história dos Certificados de Aforro, um contrato de colocação de produtos de aforro com uma instituição financeira.
- O canal digital do IGCP - Aforronet - **aumentou o seu número de utilizadores em 95%**, passando a representar 32% dos investidores de retalho ativos (vs. 22% em 2022) e o **nível de satisfação dos aforristas com o atendimento da Agência foi de 92%**.
- O valor do **stock de produtos de aforro** do Estado era, a 31 de dezembro, **superior a 45 mil milhões de €** (vs. cerca de 35 mil milhões de €, a 31 de dezembro de 2022).

No Corporate...

- **O número de contas** de entidades do Setor Empresarial do Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Serviços Integrados **aumentou 45%** e o número de utilizadores do sistema de Internetbanking do IGCP subiu 24%, o que contribuiu para consolidar o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.
- O valor do stock de **disponibilidades** destes organismos no IGCP era, a 31 de dezembro, de cerca de **36 mil milhões de €** (vs. cerca de 33 mil milhões de €, a 31 de dezembro de 2022).
- O referido acréscimo de atividade e do número de clientes foi realizado **sem qualquer alteração do quadro de pessoal**.

Na Transformação Digital...

- Cabe destacar o arranque do projeto plurianual de Transformação Digital do IGCP ('T-DX'), que se traduzirá no aumento do rigor e da eficiência na prossecução da missão da agência e na melhoria da experiência de todas as partes interessadas da Agência. Este projeto é, ainda, essencial para o cumprimento da regulação europeia DORA, bem como para o desafio de captação e de retenção do conhecimento a médio prazo na Agência.

Esta ambição e resultados apenas se tornam possíveis devido à confiança atribuída à Agência pela sua Tutela e à dedicação e profissionalismo de toda a equipa do IGCP, a quem desde já agradeço.

Miguel Martín
Miguel Martín

Presidente do Conselho de Administração



927 mil Aforristas



32% dos aforristas utiliza o Aforronet



Aumento do número de contas no InternetBanking
+45%



Crescimento do número de utilizadores do InternetBanking
+24%



1.2 Missão e Valores



Missão: o que fazemos?

- ▶ O IGCP, E.P.E. tem por missão gerir, de forma integrada, a **Tesouraria**, o **financiamento e a Dívida Pública** direta do Estado, minimizando o seu respetivo custo numa perspetiva intertemporal e nos termos da lei aplicável. Nesta se compreendem:
 - ▶ A dívida das entidades do setor público empresarial, cujo financiamento seja assegurado pelo Orçamento do Estado;
 - ▶ A coordenação do financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira;
 - ▶ O desenvolvimento, a título acessório, de outras atividades não incluídas no âmbito do seu objeto principal.



Atividades acessórias do IGCP, E.P.E

- ▶ Consultadoria e assistência técnica;
- ▶ Gestão da dívida de entidades do Setor Público Administrativo;
- ▶ Gestão de ativos das entidades do ponto anterior, que sejam constituídos por títulos de dívida pública;
- ▶ Leiloeiro no mercado regulamentado europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, com base na Diretiva do Comércio Europeu de Licenças de Emissões e em articulação com os serviços e organismos competentes do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- ▶ Gerir as carteiras de derivados financeiros das Entidades Públicas Reclassificadas ('EPR').

Valores

1 Rigor

As decisões tomadas têm impacto profundo na vida dos Portugueses

2 Transparência

A Agência é responsável pela gestão de fundos públicos

3 Integridade

É fundamental agir com elevados princípios de caráter, honestidade e respeito pelos demais



A cultura organizacional do IGCP, E.P.E. não se esgota nos 3 valores acima, mas vai-se construindo a cada momento e nas atitudes diárias de cada colaborador, nas quais os mesmos se empenham em garantir princípios de *accountability*, imparcialidade e confidencialidade



1.3 Órgãos estatutários

- ▶ São órgãos do IGCP, E.P.E. o Conselho de Administração ('CA'), o Conselho Consultivo e o Fiscal Único.
- ▶ Compete ao CA exercer todas as competências e praticar todos os atos cometidos ao IGCP, nos termos da lei.
- ▶ O Conselho Consultivo é composto pelo Presidente do CA do IGCP (que preside, sem direito de voto), pelos anteriores presidentes que tenham cumprido, pelo menos, um mandato, por um membro do CA do Banco de Portugal e por 4 personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças.
- ▶ O Fiscal Único, que deve ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, para um mandato de 3 anos, eventualmente renovável por períodos iguais.



Conselho de Administração

Presidente



Juan Miguel Martín Iglesias

2 vogais



Maria Rita Gomes Granger



Rui Manuel Sampaio Amaral



Conselho Consultivo

Presidente do CA do IGCP

- Juan Miguel Martín Iglesias

Antigos presidentes do IGCP com mandato concluído

- Vítor Augusto Brinquete Bento
- Vasco Manuel da Silva Pereira
- Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares
- Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho

Representante do Banco de Portugal

- Hélder Manuel Sebastião Rosalino

Designados por membro do Governo das Finanças

- Alexandra Paula Branco Pinto Leitão
- Pedro Miguel Soares Brinca
- Ricardo Augusto Marcos Rocha Reis



Fiscal Único

Sociedade Revisora Oficial de Contas



RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.

representada por:

Fiscal único efetivo

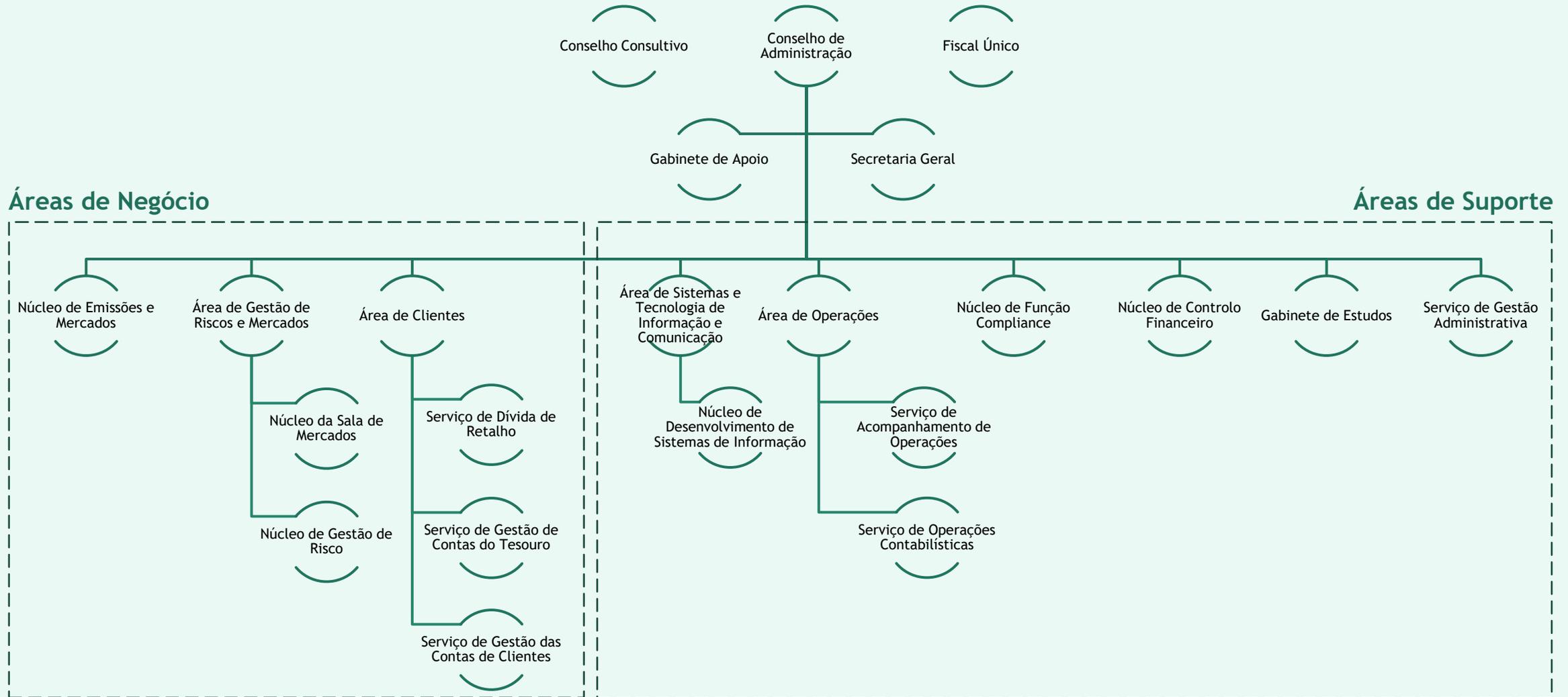
Paulo Fernando da Silva Pereira

Fiscal único suplente

Tânia Michele Ferreira de Almeida Duarte

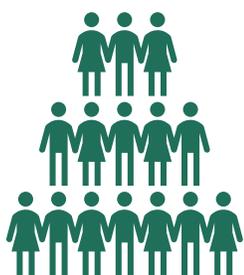


1.4 Organograma funcional



1.5 Pessoas e Cultura

- ▶ O IGCP fechou o exercício de 2023 com um quadro de 92 colaboradores (de um total de 98 autorizados), dos quais 66% mulheres e dos quais 38 nas áreas de Negócio e 54 nas áreas de Suporte, em que se incluem 16 colaboradores nos Sistemas de Informação, 13 nas Operações, 9 na Auditoria, Jurídico e *Compliance* e 4 no Gabinete de Estudos.
- ▶ Mais de 50% dos trabalhadores tem mais de 50 anos, tendo a idade média aumentado para os 49,6 anos de idade.



92 colaboradores

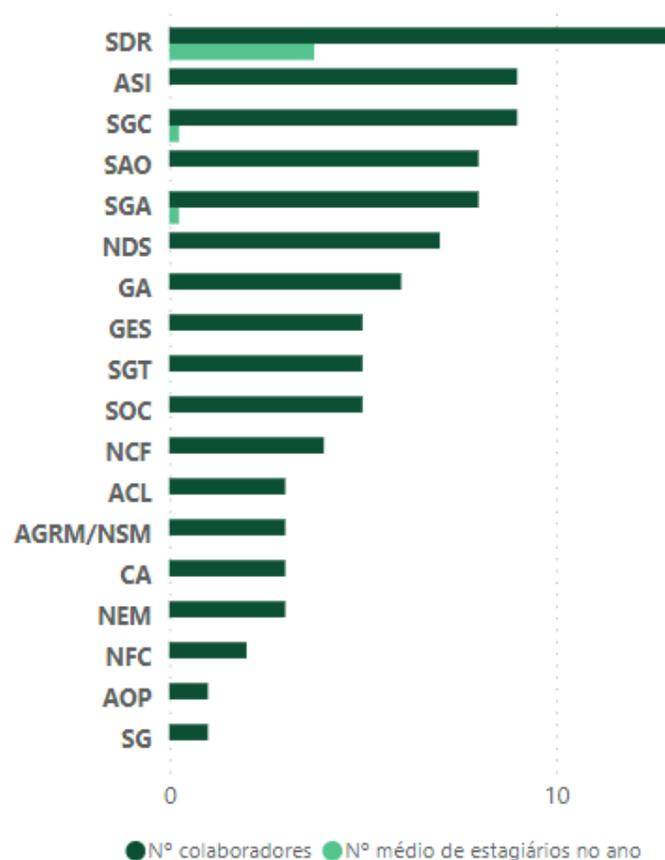


31

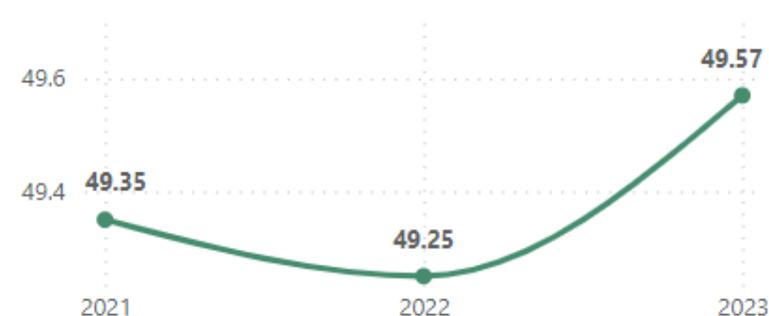


61

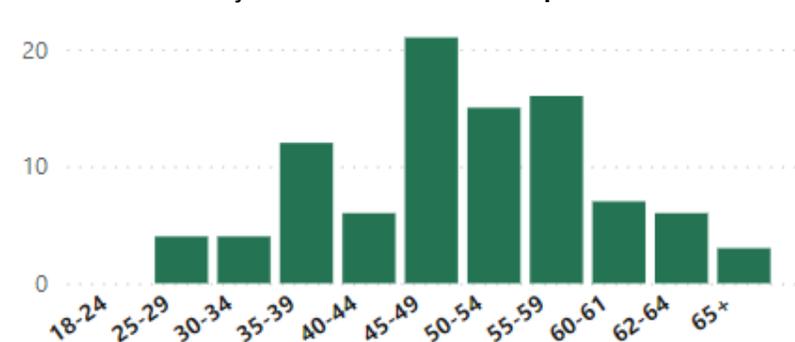
Colaboradores por Unidade de Estrutura e média do nº de estagiários em 2023



Média de idades dos colaboradores do IGCP



Distribuição dos colaboradores por faixa etária



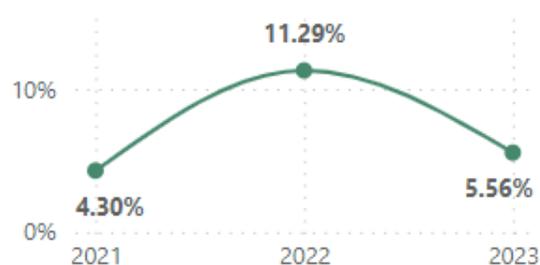
1.5 Pessoas e Cultura

- ▶ Não obstante a manutenção da antiguidade média dos seus trabalhadores em 13 anos e a redução do índice de rotatividade para 5,6%, continua a observar-se a falta de atratividade da instituição em recrutar e reter jovens licenciados, de forma a preencher completamente o seu quadro de pessoal.
- ▶ Durante o exercício, foi auditado o regime de teletrabalho (que foi revisto no último trimestre de 2022 no sentido de aumentar o trabalho presencial), tendo-se concluído que houve aumento da produtividade laboral. A taxa de absentismo manteve-se nos 3%.

Antiguidade (em anos)



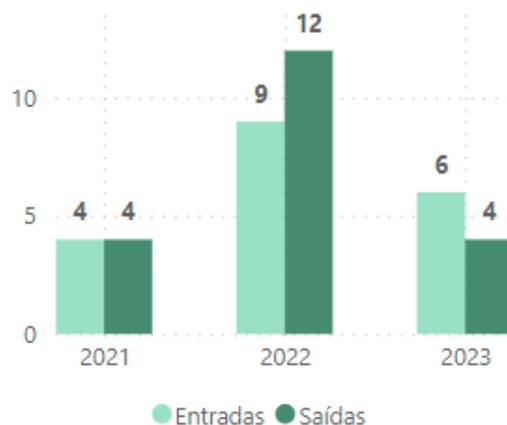
Índice de rotatividade



Taxa de absentismo



Entradas e saídas de colaboradores



1.5 Pessoas e Cultura

- ▶ Em 2023, foram realizadas várias ações de formação, com enfoque particular na capacitação digital e organizacional e em *compliance* (nomeadamente no regime geral de prevenção da corrupção);
- ▶ De forma a evoluir para o objetivo de 40 horas anuais de formação, a Agência tem apostado nos programas de formação digital *e-learning*.

Ações de Formação



Plataforma
Goodhabit



Cibersegurança



Regime Geral de
Prevenção da
Corrupção



T-DX: Sessão de
sensibilização



T-DX: cursos
Udemy



Formação média por FTE
25 horas



1.6 Plano Estratégico



- ▶ O Plano Estratégico definido para o triénio 2019-2021 foi mantido e integrado dentro do macroprojecto da Transformação Digital da Agência, e assenta em 5 pilares ou objetivos de gestão:



1.7 Sustentabilidade

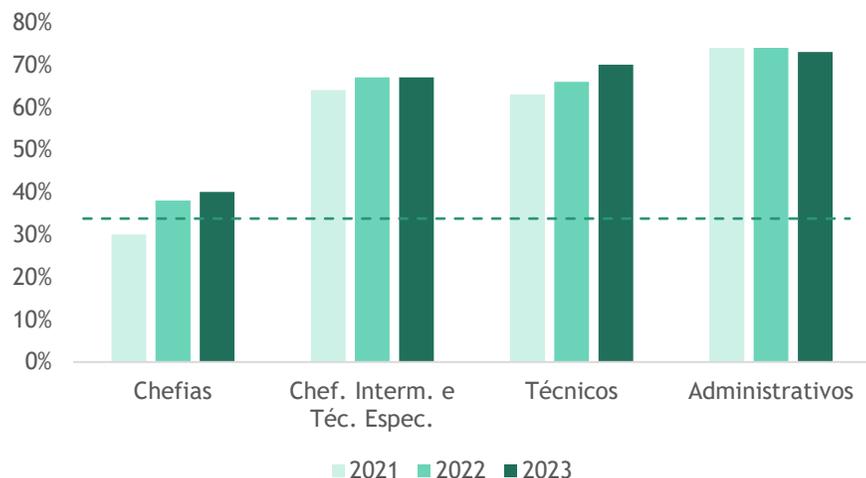


▶ Não obstante a sua dimensão, o IGCP definiu indicadores de sustentabilidade alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (‘ODS’) das Nações Unidas e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com vista à sua monitorização e ao suporte a uma política integrada de sustentabilidade a definir no futuro.

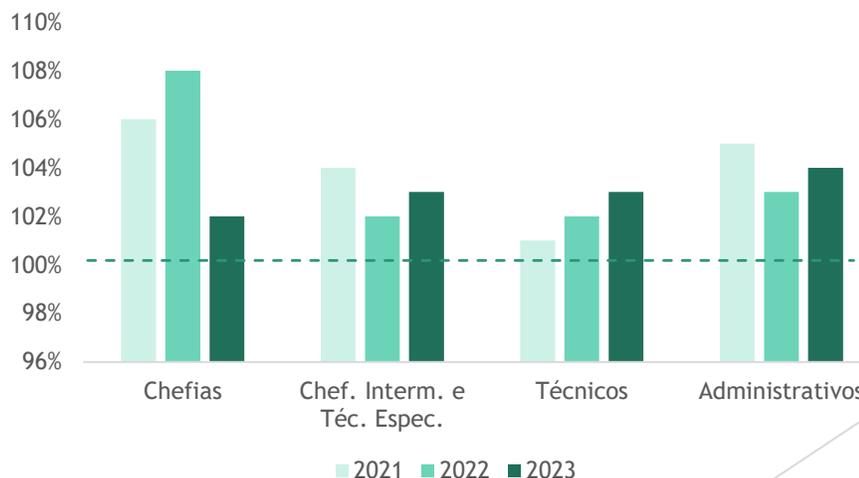
Igualdade de Género

- Em todos os níveis hierárquicos, as mulheres representam **mais de 1/3 dos trabalhadores**;
- Em todos os níveis hierárquicos, a **remuneração das mulheres é superior à média**.

% Mulheres



Remuneração das mulheres face à média do nível



5 IGUALDADE DE GÉNERO

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

13 AÇÃO CLIMÁTICA

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

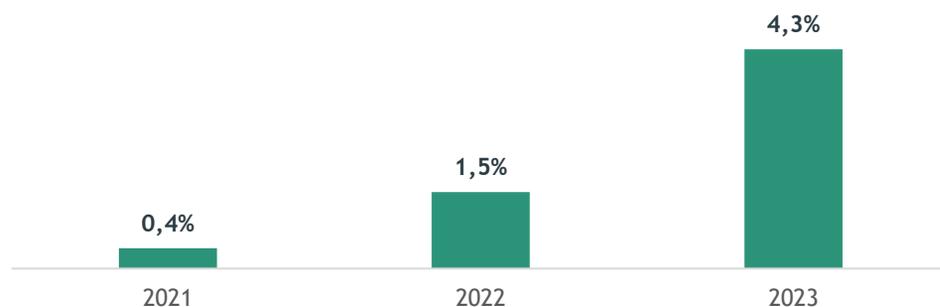


1.7 Sustentabilidade

Indústria, inovação e infraestruturas | Paz, justiça e instituições eficazes | Parcerias para a implementação dos objetivos

- O projeto da **Transformação Digital** iniciado em 2022, canaliza para a Inovação da arquitetura de Dados, Processos e Sistemas e para a resiliência da Infraestrutura uma componente crescente da comissão de gestão da dívida pública obtida pela Agência;
- Em 2023, a Agência aprovou e publicou o seu **Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção** e foi substancialmente aumentado o número de ações de vigilância no âmbito da regulação do Branqueamento de Capitais e Prevenção do Terrorismo;
- O IGCP continuou a colaborar ativamente em **ações de formação** com países fora da OCDE e manteve a sua associação à Organização Não Governamental dedicada ao desenvolvimento sustentável, Grace.

Investimento em inovação e infraestrutura/Comissão de gestão (%)



Paz, justiça e instituições eficazes

	2021	2022	2023
Código de Conduta	1	1	1
Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção			1
Regulamento Geral de Proteção de Dados	1	1	1
Contas aforro analisadas no âmbito do Branqueamento de Capitais e Prevenção do Terrorismo	81	254	379

Parcerias para a implementação dos objetivos

	2021	2022	2023
Parcerias com ONG	1	1	1
Ações de formação com países (fora da OCDE)	0	1	4

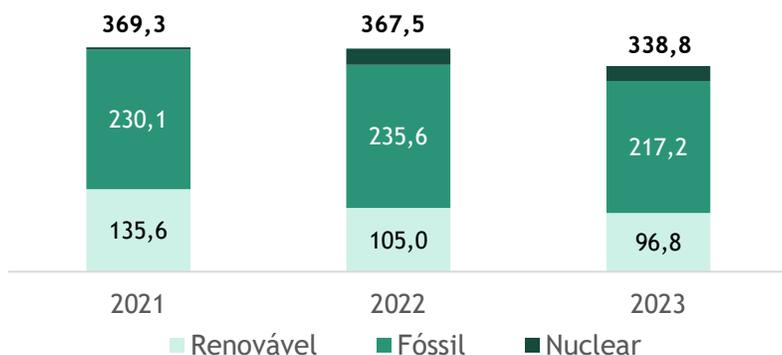


1.7 Sustentabilidade

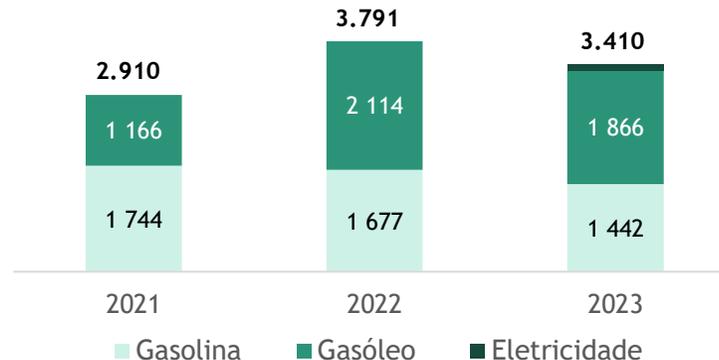
Ação climática

- A gestão do IGCP irá pautar a sua atuação na **redução dos consumos energéticos** e na migração das fontes primárias de energia de origem fóssil para **origem renovável**.

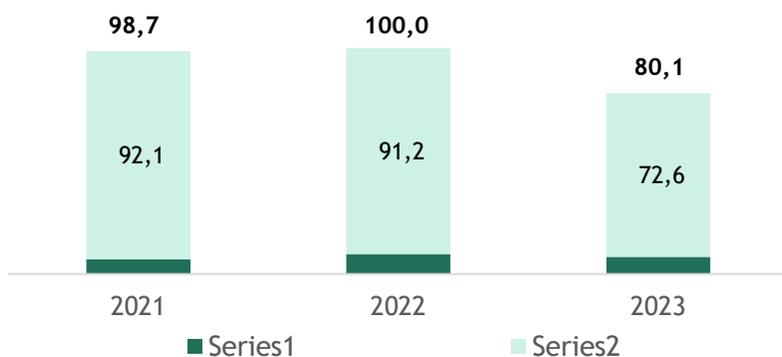
Consumo de Eletricidade por Origem (em MWh)



Consumos de mobilidade (em litros e kWh)



Emissões (em tonCO₂eq)



Parque de veículos

	2021	2022	2023
Combustão	6	5	1
Híbridos	0	0	2
Elétricos	1	1	1

5 IGUALDADE DE GÉNERO

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

13 AÇÃO CLIMÁTICA

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS





1.8 Principais marcos de 2023



Janeiro

🎯 Lançamento, na 1ª semana de janeiro, de uma nova linha a 15 anos, com Portugal a ser um dos primeiros soberanos a ir ao mercado, num contexto particularmente desafiante

🎯 Celebração do primeiro acordo tripartido para emissão e cobrança de DUC via PPAP (IGCP-AMA-IGeFE)

Fevereiro

🎯 Emissão particular para a Caixa Geral Aposentações, no valor nominal de 3.700 M€

🎯 Entrada em funcionamento da nova Central Telefónica (novos equipamentos terminais e novo sistema de atendimento)

🎯 Faturação eletrónica: disponibilização das faturas emitidas a clientes através do portal da ESPAP, obrigatório para todos os serviços públicos desde janeiro

Março

🎯 Migração para os novos serviços Target

🎯 Plano de ação para atualização de dados pessoais (alertas nas páginas de internet e Aforronet, emails e extratos)

🎯 Novo controlo para validação das alterações de IBAN efetuadas pelos CTT

🎯 T-DX: Criação de vários dashboard Power BI, com informação de gestão mais rápida e dinâmica

Abril

🎯 Formação online *Goodhabitiz*

🎯 Novo sistema de gravação de chamadas

🎯 Processo de abertura de conta das 768 escolas do ensino não superior de acordo com o n.º 13, do artigo 91.º, do DLEO 2023

Início do pagamento dos vencimentos dos cerca de 140.000 professores do ensino não superior

🎯 Entrada em produção da plataforma de arquivo dos CTT

🎯 Lançamento de uma nova série de Certificados de Aforro - Série F

🎯 Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção

Junho





Upgrade da notação de crédito atribuída a Portugal pela DBRS para A, com Outlook estável



Mudança das instalações de 3 para 2 pisos



Instrução nº 1/2023, que impõe procedimentos mais rigorosos em relação ao registo e alteração de dados pessoais

38% dos clientes com informação totalmente preenchida até final de outubro



Projeto DUC-TR: especificações funcionais para a implementação, em colaboração com a AMA e com os contributos da AT



Sistema de Gestão Documental (reencaminha digitalmente a documentação relativa a instruções de clientes, recebidas nas lojas CTT)



Dezembro

Novembro



Setembro

Agosto



Julho



Subsídio de alimentação via cartão refeição



Upgrade do rating de Portugal pela Fitch para A-, com Outlook estável



Revisão outlook para positivo pela S&P



Protocolo SAMS para atualização de vencimentos e outras componentes remuneratórias



Ações de controlo aos saldos das contas aforro (SPA)



Celebração do contrato com a KPMG para a Fase 1 do projeto de transformação digital T-DX



Renovação da certificação do SGQ ISO 9001:2015



Acordo comercial com o banco BiG para colocação Certificados de Aforro



Conclusão do estudo de viabilidade para o lançamento de uma *Green Bond*



Emissão de faturas através de upload de ficheiros, em real - Multibanco, Multicert e TPA



Upgrade em 2 notches do rating de Portugal pela Moody's, para A3, com Outlook estável



T-DX: CSAT digital para os clientes do balcão



Contact Center externo



Entrada em produção do projeto ION/ISO20022 T2 and CBPR



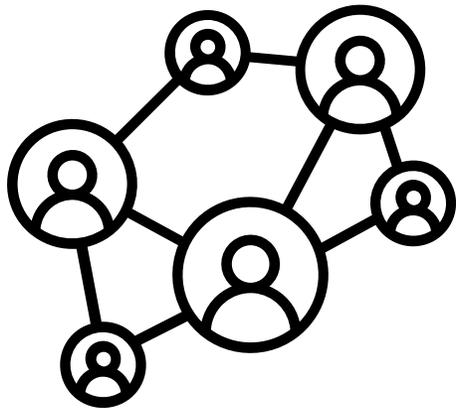
T-DX: lançamento dos dois primeiros RPA para o Serviço de Gestão das Contas de Clientes (SGC), com uma poupança de 0,8 FTE/ano



Redução da dívida pública / PIB < 100%



2. Atividade e Áreas de Suporte ao Negócio



- ▶ 2.1 Enquadramento macroeconómico
- ▶ 2.2 Principais atividades do IGCP
- ▶ 2.3 Áreas de suporte ao negócio
- ▶ 2.4 Eventos subsequentes e perspectivas



2.1 Enquadramento macroeconómico

Crescimento económico

Em 2023, o crescimento da economia global deverá ter ficado acima do inicialmente previsto, independentemente dos sinais de abrandamento, que se acentuaram, em virtude do(a):

- ▶ Aumento da restritividade das políticas monetárias dos diversos Bancos Centrais;
- ▶ Agravamento das condições financeiras e persistência de taxas de inflação elevadas;
- ▶ Contexto geopolítico mundial, nomeadamente pelo impacto dos conflitos armados na Ucrânia e no Médio Oriente;
- ▶ Disrupção de cadeias de distribuição e enfraquecimento do comércio internacional;
- ▶ Reduzido nível de confiança dos agentes económicos, com efeitos recessivos na procura e no investimento.

 Na Área do Euro ('AE'), o Fundo Monetário Internacional ('FMI') prevê um crescimento de 0,7% em 2023.

 Nos Estados Unidos da América, e de acordo com as mais recentes projeções do FMI, a taxa de crescimento em 2023 deverá ter-se situado 1,4 pp acima do previsto para a AE, cifrando-se nos 2,1%.

 Para Portugal, o FMI antevê um crescimento de 2,3% em 2023, acima da AE, que antecede um previsível abrandamento em 2024. Para o previsível abrandamento contribuem, segundo o Banco de Portugal, o menor dinamismo nos principais parceiros comerciais, os efeitos decorrentes da elevada taxa de inflação e a maior restritividade da política monetária.

Previsões de crescimento económico

Portugal



Área do Euro



EUA



2.1 Enquadramento macroeconómico

Inflação e taxas de juro

O ano fica marcado pelo início da trajetória descendente dos níveis de inflação, como resultado da manutenção das políticas monetárias restritivas, por parte dos bancos centrais, com o objetivo de trazer a inflação para o *target* de 2% (no caso do BCE e FED).

A previsão de inflação do FMI para 2024 nas economias avançadas é de 2,9%, abaixo dos 4,6% projetados para 2023. Na AE, a inflação deverá também evoluir positivamente, descendo de 5,5%, em 2023, para 3,3% em 2024.

Em Portugal, de acordo com as previsões mais recentes do FMI, a taxa de inflação deverá reduzir-se para 3,4% em 2024, o que, em consistência com a tendência na AE, representa uma acentuada redução face à inflação esperada para 2023 (5,3%).

No que respeita à política monetária...



O Banco Central Europeu ('BCE') procedeu a mais 9 subidas das suas taxas diretoras desde a primeira ocasião em julho de 2022, elevando a taxa da facilidade permanente de depósito para os 4%, em setembro de 2023, dando início, também em 2023, à redução dos seus programas de compra de ativos.



A Reserva Federal ('FED') iniciou a trajetória de subida das suas taxas de juro em março de 2022, elevando o intervalo da sua taxa de referência (*Fed Funds*) para 5,25%-5,50%.

Previsões para a inflação

Portugal



Área do Euro



EUA



2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Dívida Direta do Estado

- ▶ O ano de 2023 caracterizou-se (i) pelo aumento da volatilidade no mercado, em face das políticas monetárias restritivas dos Bancos Centrais e do contexto geopolítico mundial; (ii) pelo início da redução das carteiras de ativos do BCE; (iii) pela diminuição da liquidez no mercado secundário; (iv) pelo acentuado estreitamento de *spreads* das OT face a países com rating superior (Espanha, Bélgica, França, mas também a Alemanha); e (v) pela subida do *rating* da Dívida Pública Portuguesa pelas diversas agências de *rating*.
- ▶ No mercado de Dívida Pública, 2023 ficou marcado pelo surgimento da procura de retalho massificada em diversos países europeus, em resultado do contexto de taxas de juro de curto prazo elevadas, movimento ao qual Portugal não ficou imune. As subscrições líquidas dos instrumentos de dívida pública de retalho (em particular dos Certificados de Aforro) atingiram uns expressivos 10.222 M€ no ano, levando ao ajuste em baixa do Programa de financiamento inicial da República.
- ▶ Destaca-se, em janeiro, a realização da emissão sindicada da nova OT a 15 anos, com um montante de 3.000 M€, maturidade em junho de 2038 e um cupão de 3,5% (taxa *reoffer* de 3,689%). A procura neste novo *benchmark* ultrapassou os 18.000 M€, com uma elevada participação de investidores *real money* (com ênfase nas Gestoras de Ativos, Seguradoras e Fundos de Pensões), que habitualmente asseguram maior estabilidade de preços em mercado secundário.
- ▶ Em fevereiro realizou-se uma emissão particular de linhas de OT de longo prazo (OT abril 2034, OT abril 2037, OT junho 2038, OT abril 2042, OT fevereiro 2045 e OT abril 2052) para a Caixa Geral de Aposentações ('CGA'), com um valor nominal ('VN') global de 3.700 M€, no contexto da transferência para a CGA das responsabilidades do Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos.
- ▶ Quanto ao mercado de BT, foram realizados quatro leilões, em janeiro, fevereiro, março e julho, sobre três linhas de BT com maturidade em 2024 e uma linha com maturidade em julho de 2023, suprimindo-se os leilões previstos para abril, maio, setembro e novembro.
- ▶ Com os objetivos de gerir o perfil de reembolsos da dívida, fornecer regularidade de oferta e maior liquidez ao mercado de OT, realizaram-se três leilões de troca (VN de 2.400 M€) e três leilões de recompra (VN de 2.600 M€) de OT, reduzindo, em 5.000 M€, as necessidades de financiamento entre 2023 e 2027.



1 sindicato

Nominal emitido:
3.000 M€



1 emissão particular

Nominal emitido:
3.700 M€



3 leilões de recompra
de OT e 1 de MTN

Nominal recompra:
2.638 M€



4 leilões de OT

Nominal emitido:
4.200 M€



3 leilões de
troca de OT

Nominal emitido:
2.400 M€



4 leilões de BT

Nominal emitido:
4.700 M€



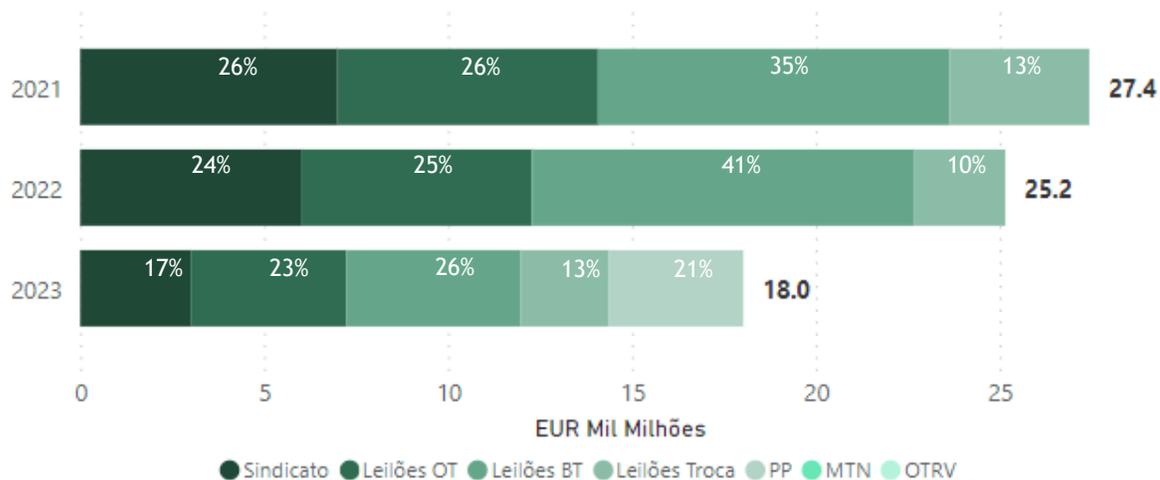
2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Dívida Direta do Estado

O programa de financiamento de OT e BT de 2023 foi, durante o ano, revisto em forte baixa (reduções de 10.400 M€ de emissões brutas de OT e 8.800 M€ de emissões líquidas de BT) em virtude da(o):

- ▶ Execução orçamental superior ao previsto (diminuição das necessidades líquidas de financiamento do Estado em 8.700 M€, que inclui a redução da estimativa de saldo do subsetor Estado em 5.600 M€ e de despesa líquida com ativos financeiros em 3.100 M€);
- ▶ Aumento muito significativo das emissões líquidas de CA/CT, em 6.900 M€.

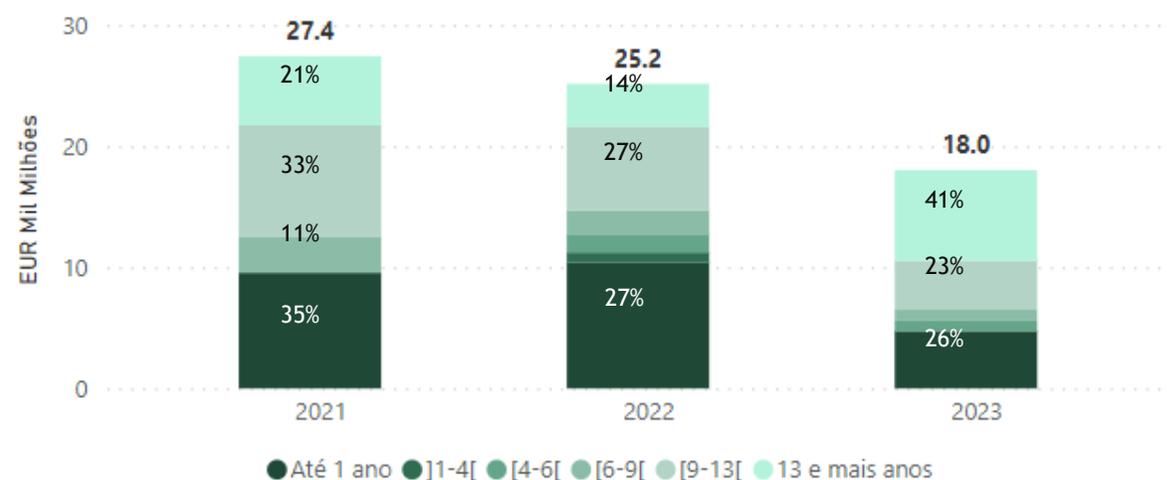
Emissões de dívida por tipo de colocação



Destaca-se o aumento do montante emitido no *bucket* de maturidades mais longas (13 e mais anos), mantendo a vida média da dívida pública acima dos 7 anos (ficando, em 2023, nos 7,2 anos) e os riscos de refinanciamento em níveis reduzidos (14% a 1 ano e 41% a 5 anos, no final do ano), para isso contribuindo a:

- ▶ Emissão particular das linhas de OT com maturidades mais longas para a CGA, com VN de 3.700 M€;
- ▶ Realização da emissão sindicada da nova OT a 15 anos, com VN de 3.000 M€.

Emissões de dívida por bucket de maturidade



2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

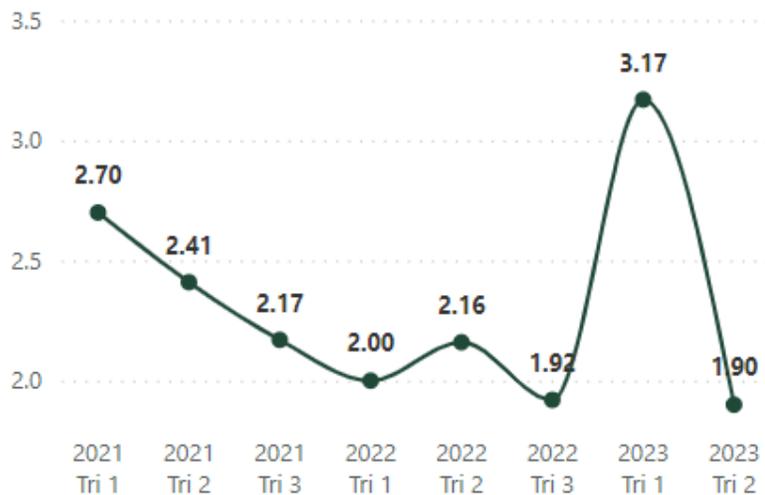
Dívida Direta do Estado

Em 2023, realizaram-se quatro leilões de BT, sobre quatro linhas com maturidades em janeiro, março e julho de 2024 e julho de 2023, e quatro leilões de venda de OT (além dos leilões de troca e recompra também realizados), sobre as OT julho 2032, o então *benchmark* a 10 anos da curva portuguesa, e as OT outubro 2035 (ambas as linhas em três leilões), e sobre as OT junho 2029, num único leilão, registando-se níveis de procura substanciais, demonstrados pelos elevados rácios *bid-to-cover* dos leilões.

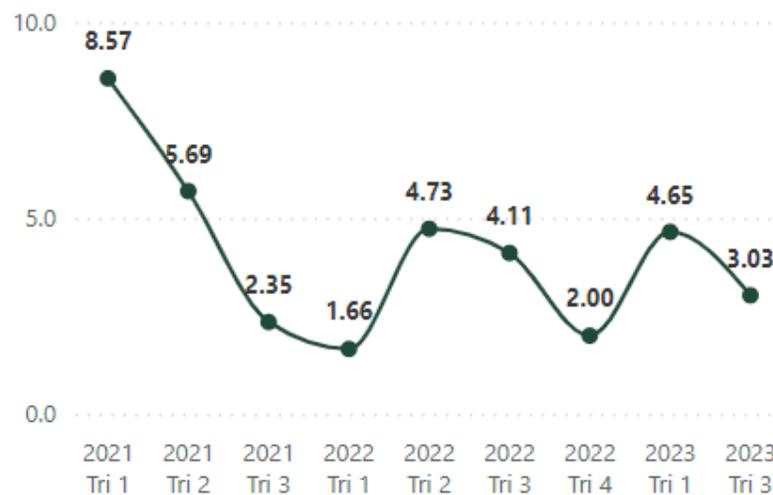
Em resultado da política monetária restritiva adotada pelo BCE durante o ano, com as suas taxas diretoras elevadas para máximos (taxa de depósitos em 4,0% na reunião de setembro), verificou-se um aumento generalizado das taxas de juro de mercado, de curto prazo mas também de longo prazo, em relação ao ano anterior, com um impacto direto no acréscimo do custo de financiamento da República.

Apesar da subida generalizada do nível de taxas de juro de mercado, a curva de juros portuguesa teve, em 2023, uma performance relativa assinalável, com o *spread* da taxa de juro a 10 anos a diminuir 33 p.b. face à Alemanha e 21 p.b. face a Espanha desde o início do ano (situando-se, no final de 2023, em +69 p.b. e -26 p.b., respetivamente, em relação aos dois países).

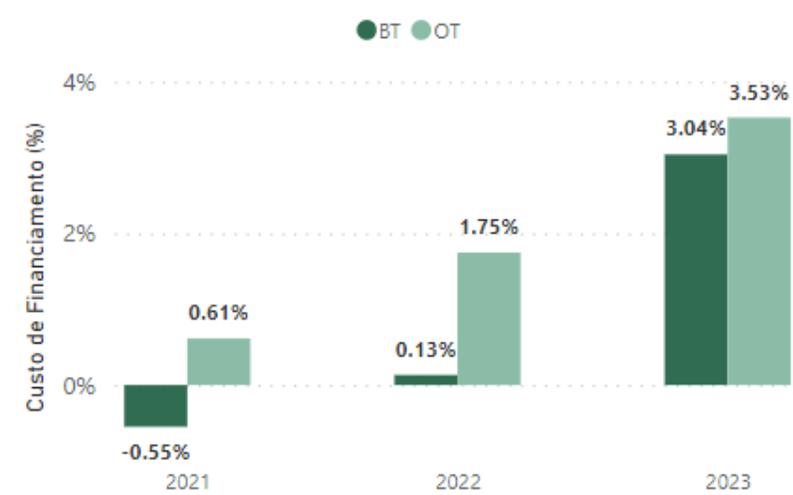
Bid to cover - leilões de BT



Bid to cover - leilões de venda de OT



Custo de financiamento no ano em BT e OT



2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Dívida Direta do Estado

A gestão do perfil de reembolsos da Dívida Direta do Estado tem como principais objetivos: (i) assegurar um calendário de amortizações da dívida suave, evitando-se picos de reembolso num determinado ano; (ii) reduzir os riscos de refinanciamento de curto prazo, nomeadamente a 1 ano e 5 anos (métricas *standard* de comparação entre países); e (iii) garantir a flexibilidade de emissão de instrumentos de dívida em prazos diversos, capturando focos de procura de mercado em cada contexto, de forma a permitir uma gestão da carteira de dívida pública eficiente, minimizando o seu custo e risco intertemporal.

Em 2023, são de destacar a realização da emissão sindicada da nova OT a 15 anos (VN de 3.000 M€), com maturidade em junho de 2038, e as várias operações de recompra e troca de títulos em mercado realizadas durante o ano, que permitiram reduzir o volume de amortizações nos prazos mais curtos, até abril de 2027, num total de 7.360 M€, contribuindo para a manutenção do reduzido risco de refinanciamento de Portugal (14% a 1 ano e 41% a 5 anos no final do ano), quando comparado com os restantes países Europeus.

Calendário de amortizações da Dívida



2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Dívida Direta do Estado

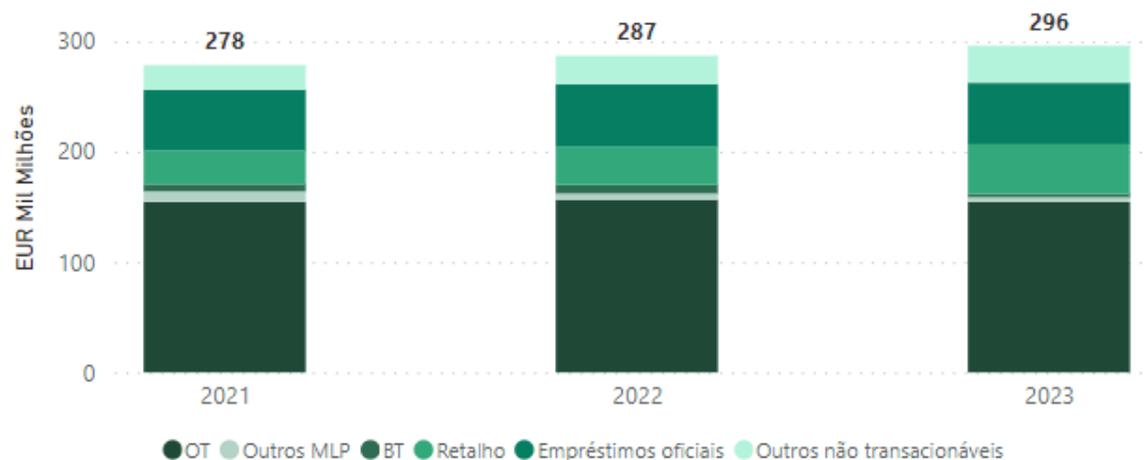
A dívida direta do Estado ('DDE') aumentou em cerca de 9.000 M€ face ao final de 2022, como resultado da necessidade de financiar o défice do subsector Estado e a despesa líquida com ativos financeiros.

Relativamente aos instrumentos de financiamento, a principal variação no stock de DDE advém do aumento das subscrições líquidas de CA e CT e da emissão de CEDIC (cujos pesos aumentaram 32% e 23%, respetivamente).

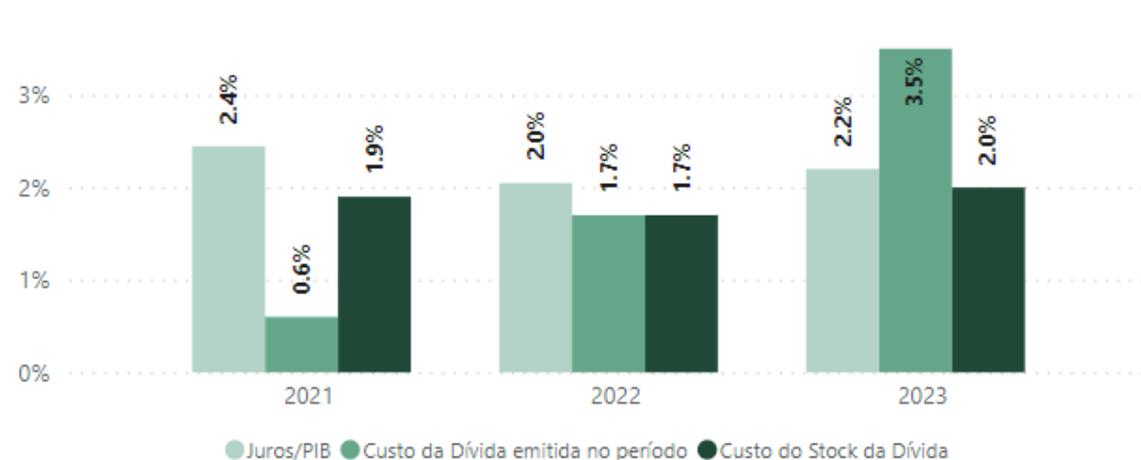
O custo da DDE emitida confirmou, em 2023, uma tendência crescente, num contexto de aumento das taxas de juro de mercado, consequência da política monetária restritiva dos Bancos Centrais, e em particular do BCE que continuou a aumentar as suas taxas de referência até setembro de 2023.

No entanto, o crescimento do custo do stock da dívida tem, ainda assim, sido limitado, na medida em que continuou a beneficiar da amortização e/ou reembolso de dívida com taxas de juro associadas elevadas.

Dívida Direta do Estado por instrumento



Custo da Dívida Direta do Estado no período



2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Ratings da República

O IGCP promove uma comunicação estreita com a sua base de investidores alargada, reunindo e fornecendo informação regular sobre a gestão da dívida pública, a evolução do programa de financiamento e outros desenvolvimentos da economia portuguesa.

Simultaneamente, a Agência mantém contacto sistemático com todas as principais agências de rating, apoiando nos trabalhos de revisão do *rating* da República.

No 2º semestre do ano, três das principais agências fizeram o upgrade da notação de rating atribuída à República Portuguesa:

- ▶ **Upgrade** em um notch de A (low) para **A**, pela DBRS, em julho;
- ▶ **Upgrade** em um notch de BBB+ para **A-**, pela Fitch, em setembro;
- ▶ **Upgrade** em dois notches de Baa2 para **A3**, pela Moody's, em novembro.



2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Gestão da Carteira de Derivados do Estado

O resultado líquido na carteira de derivativos do Estado de cobertura das emissões foi de -81,4 M€ em 2023, num ano maioritariamente marcado pela política monetária restritiva. A partir do início do quarto trimestre do ano, assistiu-se a um forte movimento de descida das *yields* na Zona Euro e EUA, com o BCE e a FED a expressarem intenções no que toca à possível inversão do ciclo de política monetária.

- ▶ A descida das taxas de juro de longo prazo teve um impacto negativo na valorização *mark-to-market* dos derivativos de taxa de juro de -43,6 M€;
- ▶ A valorização do euro face ao dólar teve um impacto negativo na valorização *mark-to-market* dos derivativos de taxa de câmbio de -37,8 M€.

Em contrapartida, o valor da dívida pública em dólares, quando expressa em euros, diminuiu 37,8 M€.

Carteira de Instrumentos Financeiros Derivados

	Valor de mercado		Cash-flow no período (*)	Resultado líquido
	29-dez-2023	30-dez-2022		
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Taxa de juro	-40,9	17,0	14,3	-43,6
Taxa de câmbio	-18,8	630,9	611,9	-37,8
Total (€M)	-59,7	647,9	626,2	-81,4

(*) *Cash-flows* positivos correspondem a recebimentos nos derivativos, enquanto *cash-flows* negativos correspondem a pagamentos efetuados.

O resultado líquido na carteira de derivativos financeiros das EPR foi de 7,3 M€ em 2023, composto pelo resultado positivo de 7,9 M€ da carteira da Metro de Lisboa, e pelo resultado negativo de 0,6 M€ da carteira da Metro do Porto.

- ▶ Em maio, o IGCP terminou antecipadamente os 2 derivativos financeiros detidos pela Metro do Porto, cristalizando o valor de mercado positivo destes instrumentos (o que resultou num recebimento de 2,3 M€).

Carteira de Derivados Financeiros das EPR

	Nº derivativos	Valor contratual	Valor de mercado		Cash-flow no período (*)	Resultado líquido
			29-dez-2023	30-dez-2022		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) + (4)
Total (€M)	4	260,0	-5,2	-12,7	-0,2	7,3

2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Gestão da Tesouraria

A evolução do saldo de depósitos do Estado ao longo do ano reflete:

- ▶ Maior recurso a emissões nos primeiros meses do ano;
- ▶ Elevado volume de subscrições de Certificados de Aforro até junho - final da Série E;
- ▶ Pré-financiamento atempado de um volume de amortizações elevado no último trimestre, sobretudo via reembolso de OT, em outubro.

Durante o ano, manteve-se o objetivo de garantir a máxima liquidez nas disponibilidades do Estado, pelo que continuaram a ser privilegiadas as aplicações junto do Banco de Portugal.

O retorno destas aplicações beneficiou da subida das taxas de juro diretoras pelo BCE.

Saldo de depósitos da Tesouraria Central do Estado



Taxa média obtida nos depósitos realizados

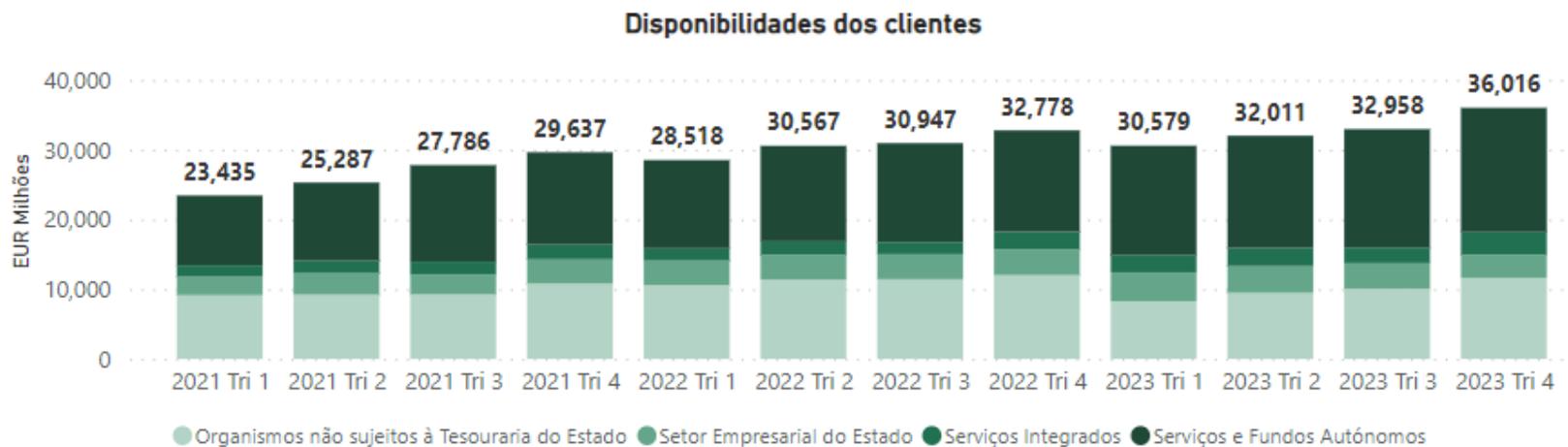


2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

Unidade da Tesouraria do Estado

O regime da tesouraria do Estado ('RTE'), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho, e reforçado pelas Leis do Orçamento do Estado ('LOE'), define o princípio de unidade da tesouraria do Estado ('UTE'), segundo o qual a movimentação de fundos públicos deve ser centralizada em contas bancárias no IGCP. A UTE é, pois, um instrumento fulcral para a otimização da gestão da liquidez e do financiamento do Estado.

Em 2023, verificou-se um aumento de 3.238 M€ no valor das disponibilidades dos clientes na tesouraria do Estado, sobretudo devido ao elevado montante de CEDIC constituído no último trimestre do ano.



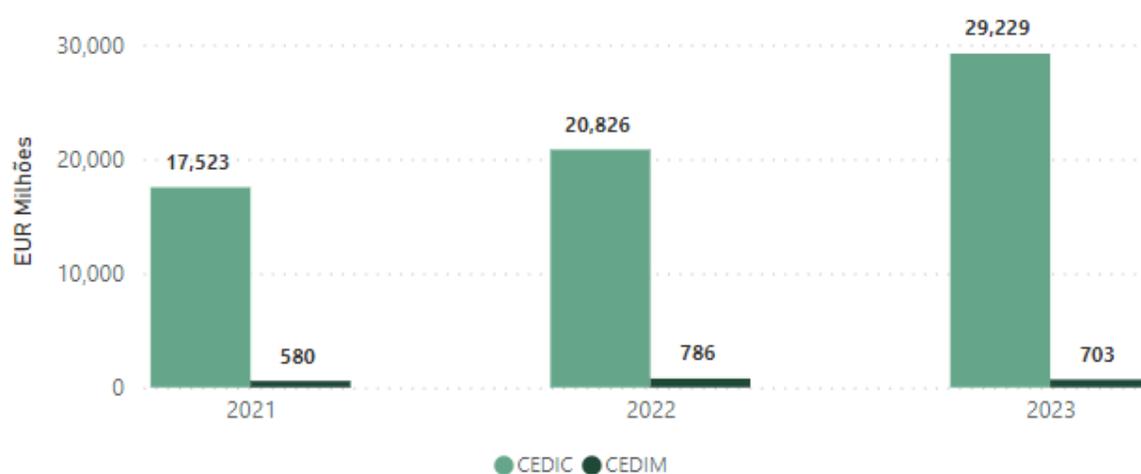
2.2.1 Dívida Direta do Estado e Tesouraria

CEDIC e CEDIM

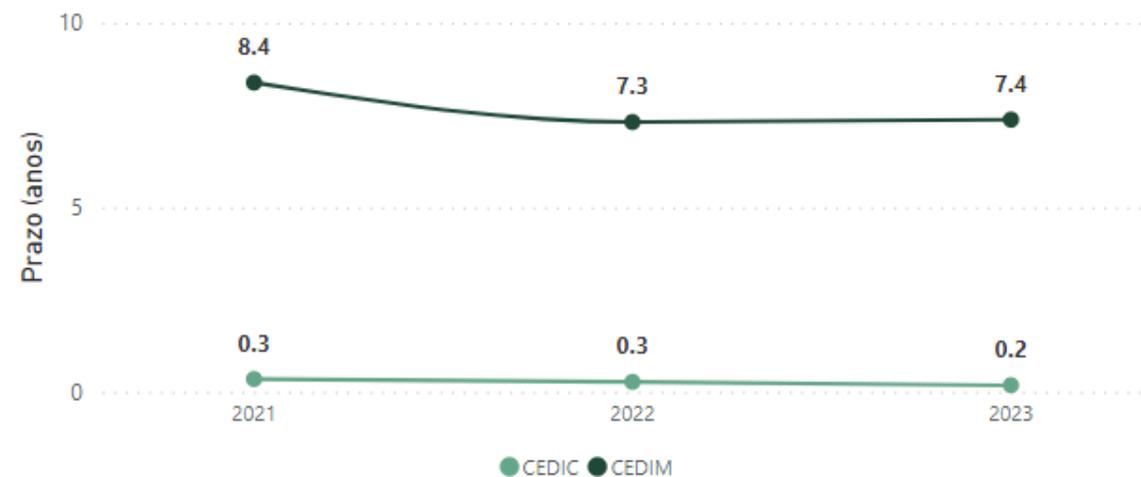
A aplicação dos depósitos das entidades da Administração Pública em CEDIC e CEDIM continua a revelar-se como uma fonte de financiamento importante para o Estado Português, contribuindo para a cobertura das respetivas necessidades de financiamento e afigurando-se como um instrumento essencial para otimizar a gestão dos fundos públicos.

A evolução destas aplicações no IGCP tem refletido o esforço de centralização de fundos na Tesouraria Central do Estado, com maior expressão no último trimestre do ano. O elevado volume de CEDIC constituído nesse período (refletido em cerca de 29.000 M€ de saldo vivo nessa data), bem como a redução do respetivo prazo médio, refletem o cumprimento do estabelecido no artigo 90.º do Decreto-Lei 10/2023, de 8 de fevereiro, e no Despacho n.º 12553/2023, de 7 de dezembro, do Ministério das Finanças, que atribuem ao IGCP competência para executar estas aplicações no último dia do ano, com maturidade no primeiro dia útil do ano seguinte.

Saldo vivo de CEDIC e CEDIM



Prazo médio de amortização de CEDIC e CEDIM (em anos)

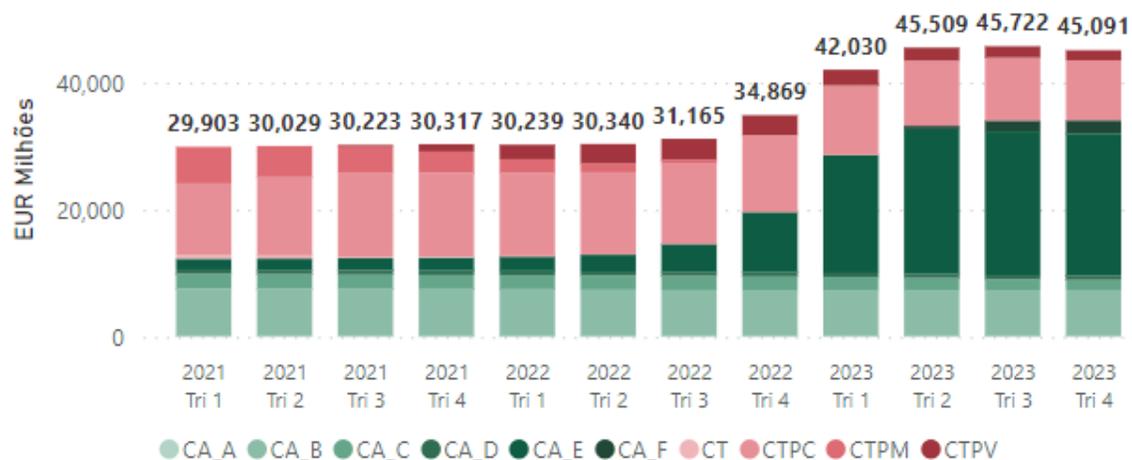


2.2.2 Dívida de Retalho

Stock da Dívida de Retalho

O stock de dívida de produtos de aforro aumentou ao longo do ano, constatando-se, no entanto, uma inversão na estrutura de dívida, com reforço significativo dos CA e redução dos CT.

Stock da Dívida de Retalho



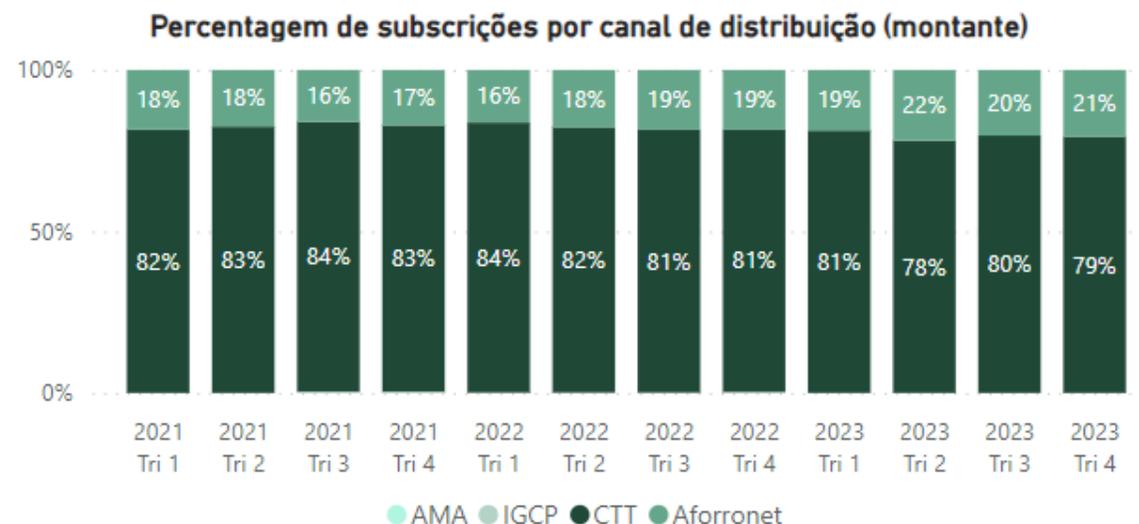
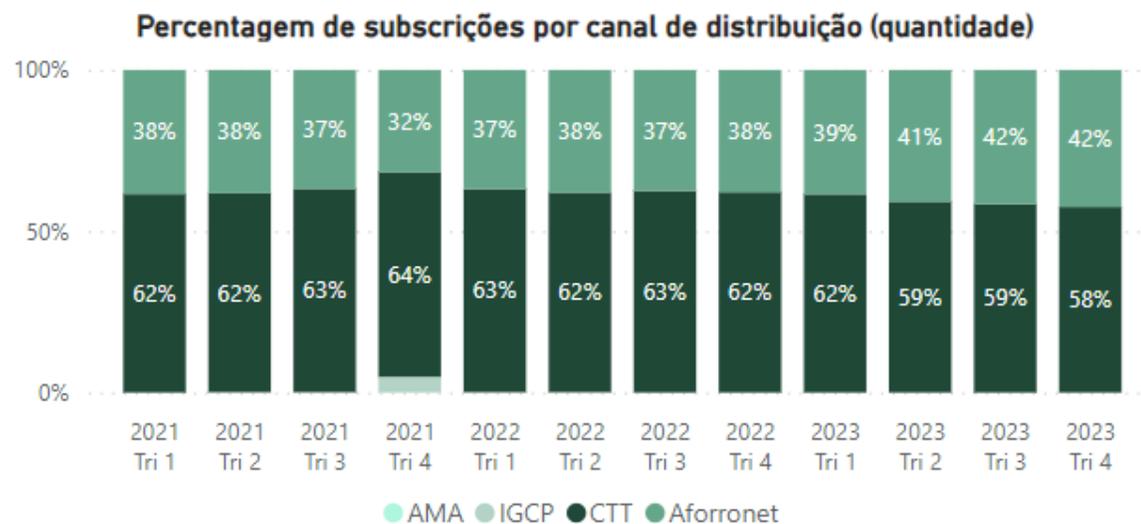
Quantidade total de operações sobre Dívida de Retalho



2.2.2 Dívida de Retalho

Canais de distribuição

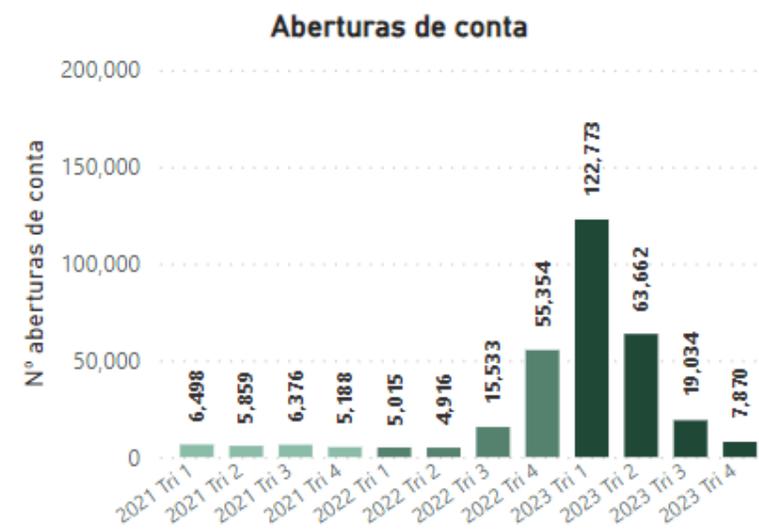
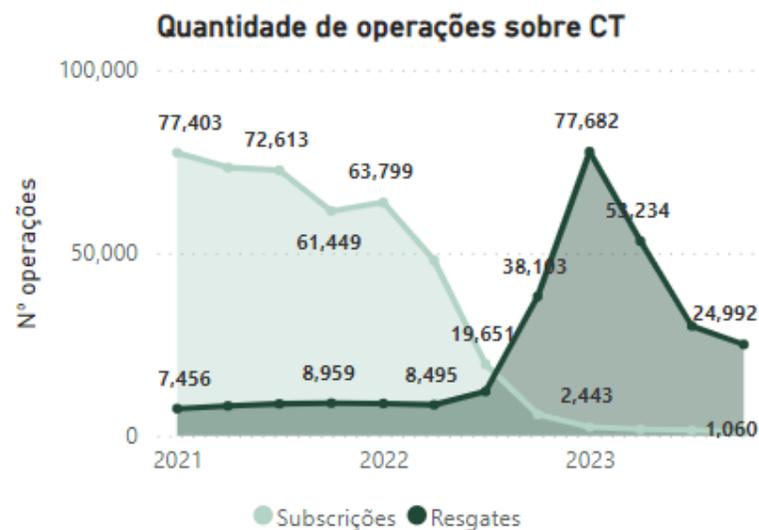
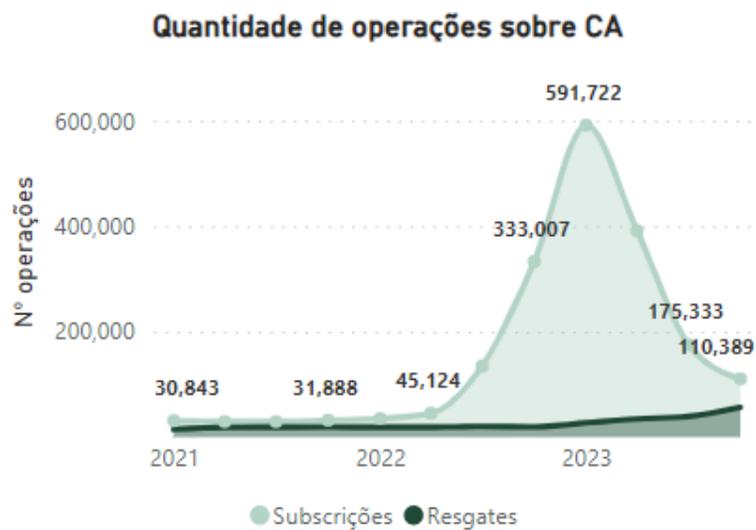
O aumento da procura de CA foi acompanhado pela entrada de novos investidores, que incrementaram significativamente o número de utilizadores do Aforronet.



2.2.2 Dívida de Retalho

Operações sobre Dívida de Retalho

O aumento das taxas Euribor, a partir do 3º trimestre de 2022, veio proporcionar um significativo crescimento das subscrições de CA, com a entrada de novos investidores e, conseqüentemente, com a abertura de novas contas aforro, mas também uma menor apetência para os CT, de taxa fixa, cuja procura foi residual.



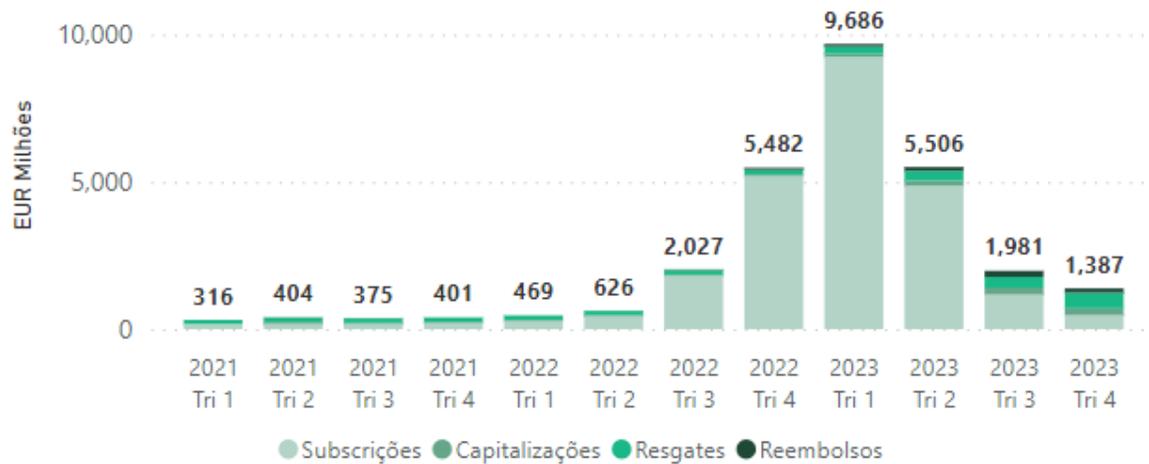
2.2.2 Dívida de Retalho

Certificados de Aforro

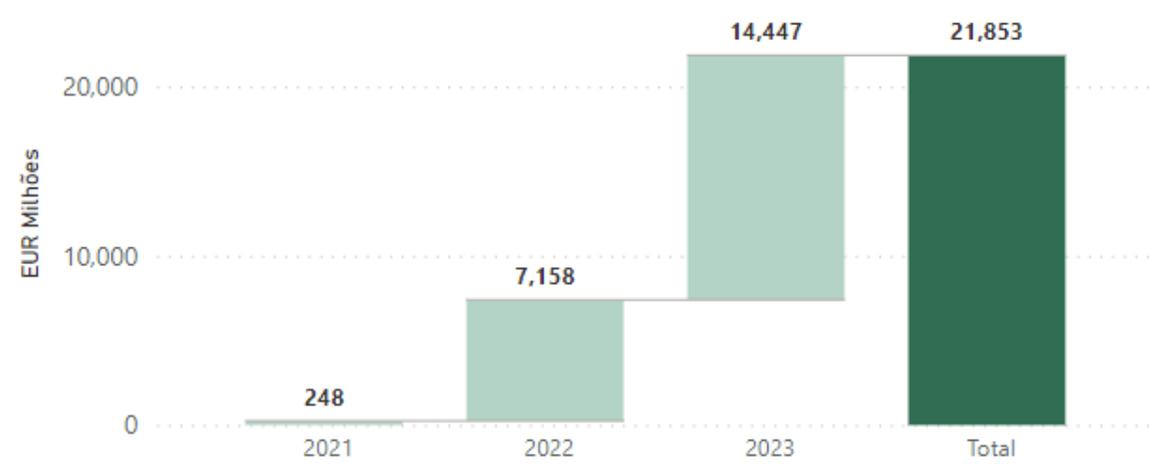
O aumento do indexante (EURIBOR 3M) representou um estímulo à subscrição de CA- série E e à diminuição dos resgates em CA.

A nova série F, criada a 2 de junho de 2023, veio arrefecer o fluxo de subscrições em CA a partir desse período, mas também se assistiu a uma maior propensão para resgates, ainda que pouco significativa até à data.

Valor bruto das operações sobre CA



Subscrições líquidas de CA

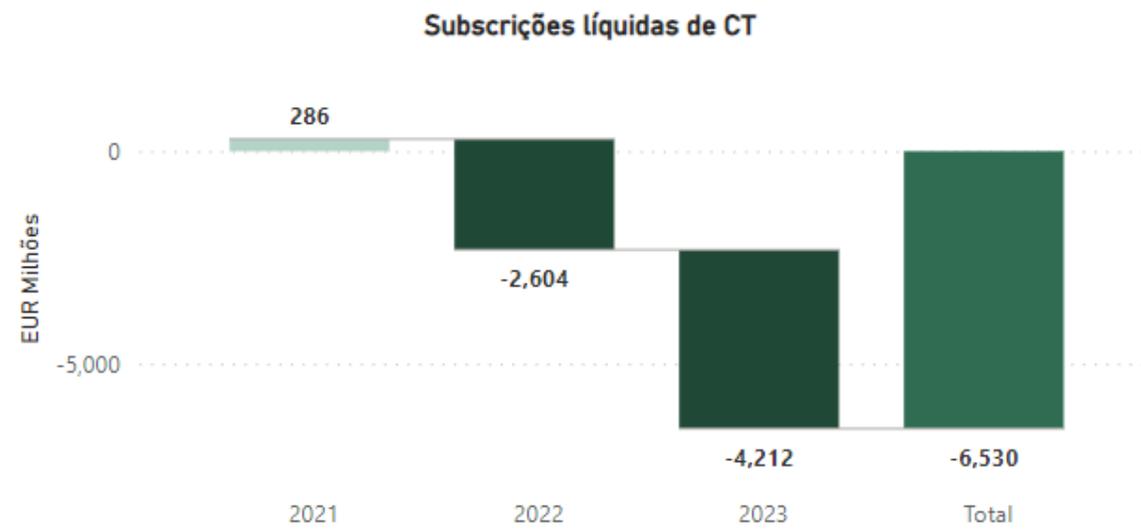
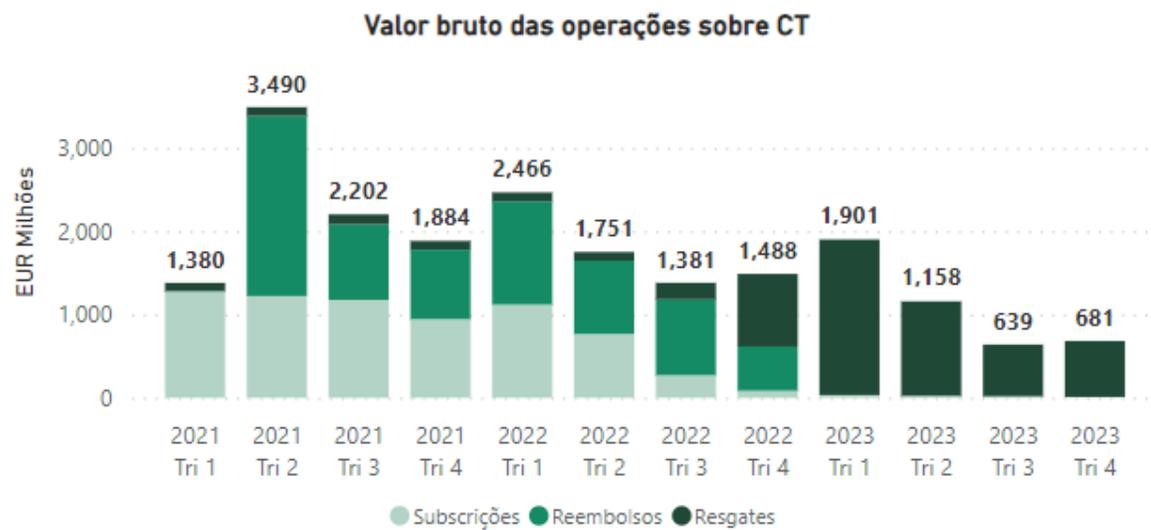


2.2.2 Dívida de Retalho

Certificados do Tesouro

As operações sobre CT são quase exclusivamente de resgate, face à maior atratividade dos CA.

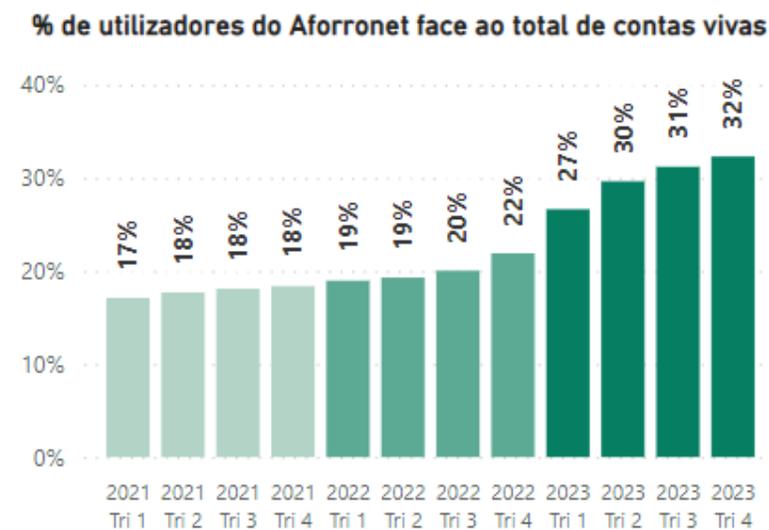
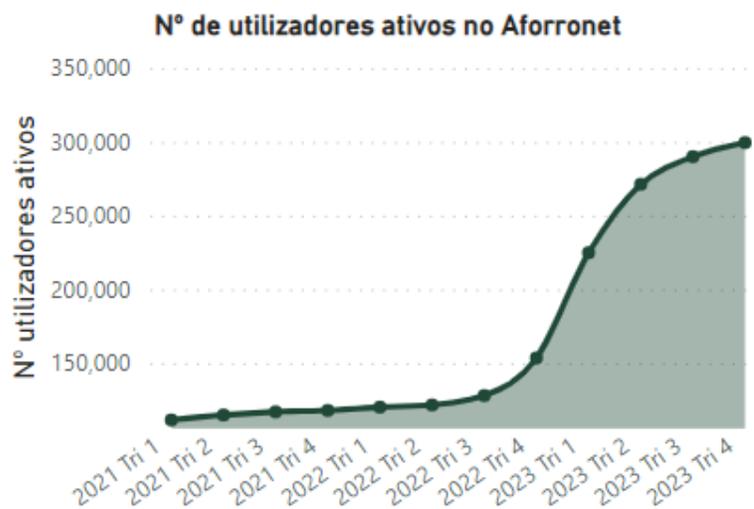
Para o saldo negativo que se tem verificado nos CT tem contribuído também o fluxo de reembolsos verificado com a maturidade final dos CTPM.



2.2.2 Dívida de Retalho

Total de Aforristas e Aforronet

O aumento exponencial da entrada de novos investidores (cerca de 230 mil num ano), muitos com padrões de maior apetência para sistemas digitais, contribuiu decisivamente para a aceleração dos utilizadores do Aforronet - 32% dos clientes de aforro são, agora, utilizadores do Aforronet.



2.2.2 Dívida de Retalho

Administrativo

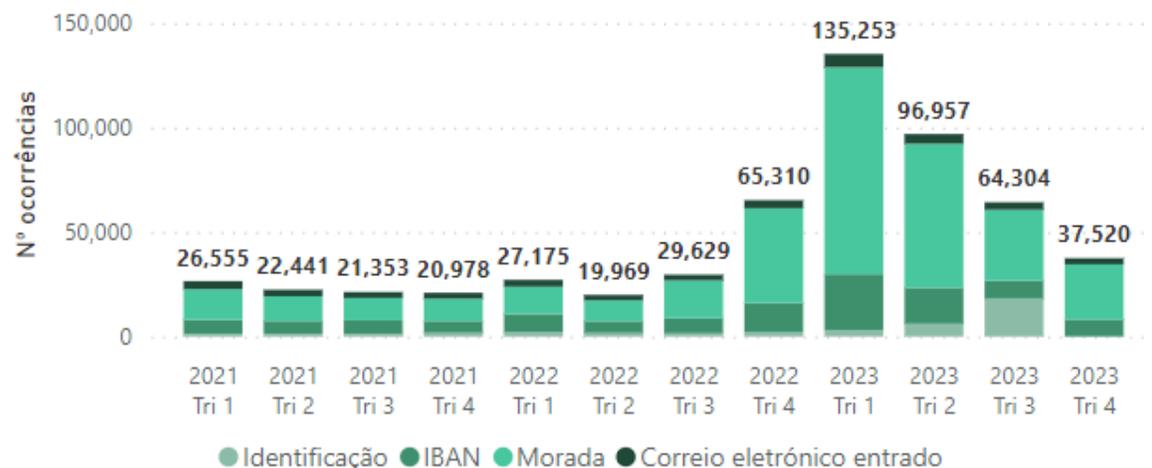
A atualização de dados dos clientes e contas teve vários impulsos ao longo do último ano:

- O disposto no contrato celebrado com os CTT, em janeiro de 2023;
- A forte adesão ao Aforronet, que originou a alteração das moradas para onde são expedidas as passwords;
- A publicação da Instrução nº 1/2023, em agosto.

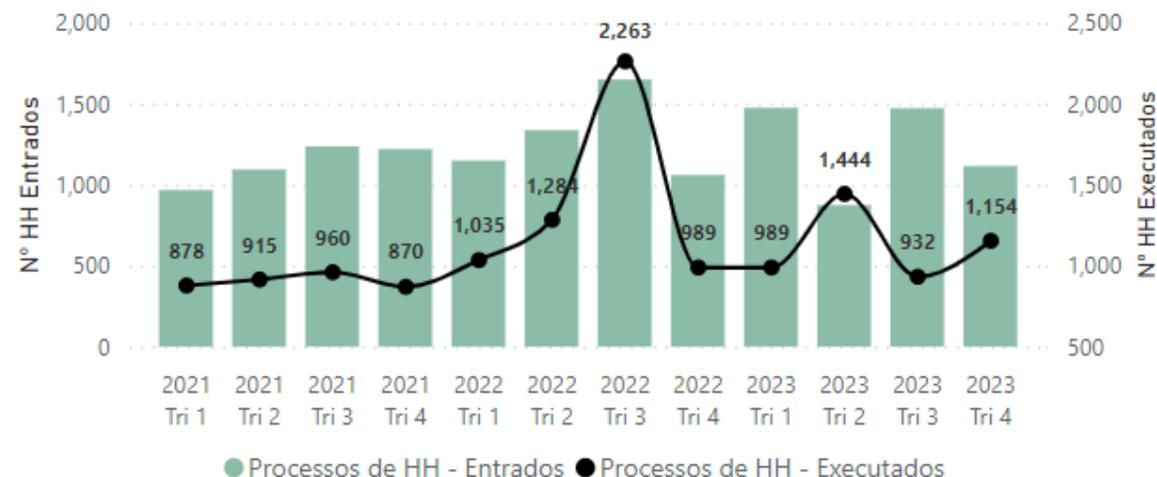
A lista de pendências atual no tratamento dos processos de habilitação de herdeiros resulta essencialmente dos “picos” de processos recebidos no 1º e 3º trimestres deste ano.

Antevê-se minimizar esta lista com o reforço da equipa, face à libertação de recursos decorrente do arranque do novo Contact Center.

Alteração de dados e correio eletrónico entrado



Processos de Habilitação de Herdeiros - Entrados vs Executados



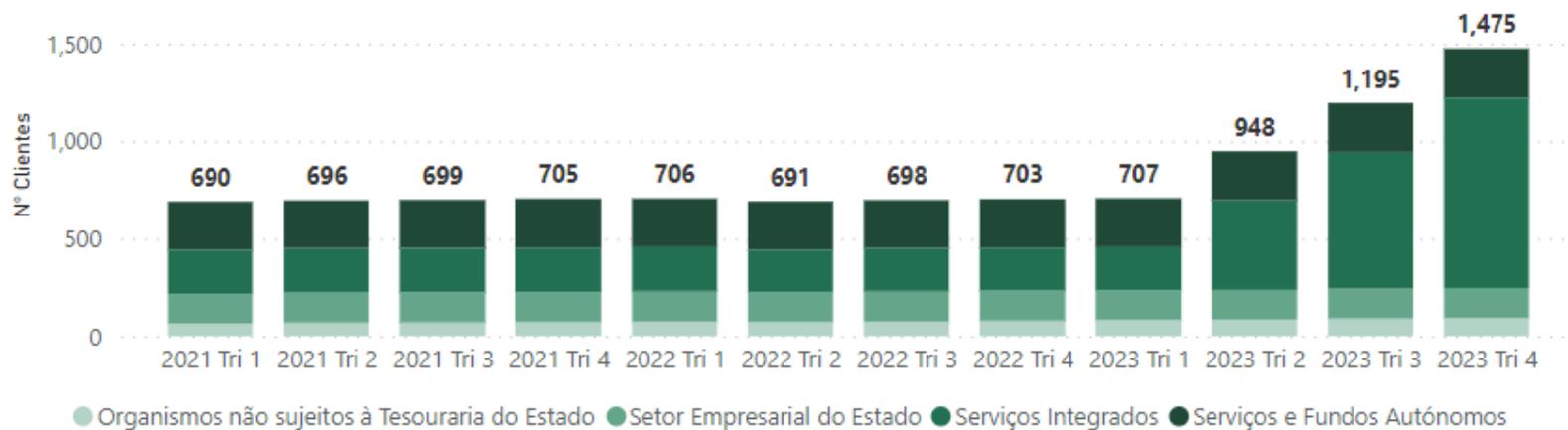
2.2.3 Corporate

Clientes institucionais

A partir de maio de 2023, o número de Clientes Corporate, que se manteve relativamente estável ao longo dos últimos anos, passou a apresentar um crescimento exponencial, em resultado do aumento dos clientes do grupo dos Serviços Integrados ('SI'), por força da integração na tesouraria do Estado das cerca de 800 Escolas do Ensino Básico e Secundário, em cumprimento do previsto no nº 13, do artigo 91º, do DLEO 2023.

No final do ano, o número de Clientes Corporate foi superior, em mais de 100%, ao registado no início do ano.

Nº clientes institucionais



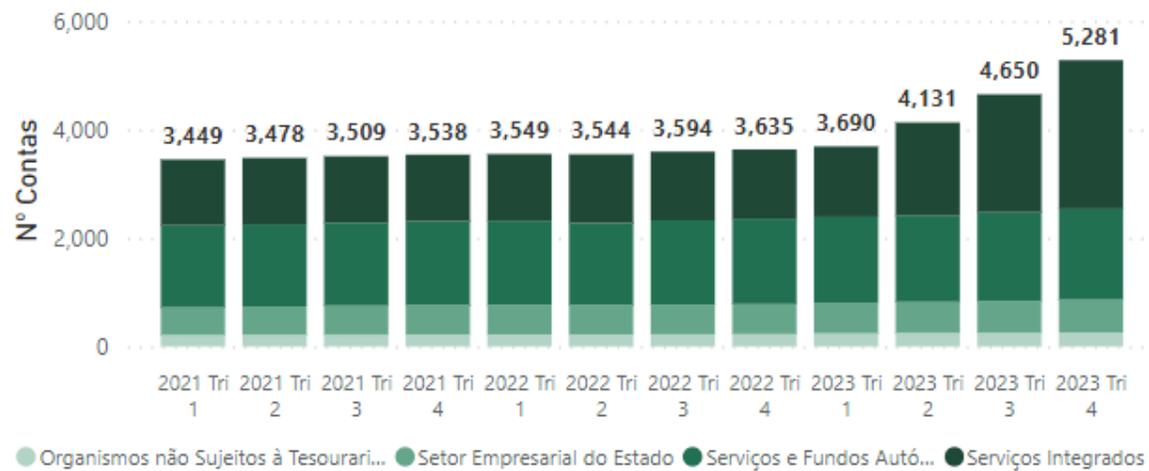
2.2.3 Corporate

InternetBanking

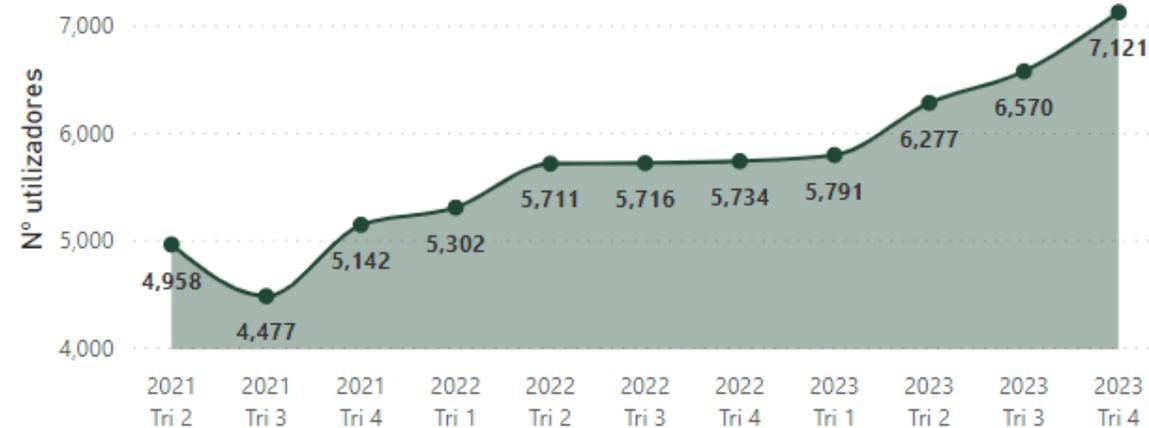
O número de contas e de utilizadores do Internet Banking ('IB') cresceu de forma muito acentuada a partir do 2º trimestre de 2023, em função da utilização do IB pelas Escolas de Ensino Básico e Secundário, nos termos previstos no nº 13, do artigo 91º, do DLEO 2023.

Saliente-se ainda que, desde junho de 2023, os vencimentos dos professores das Escolas de Ensino Básico e Secundário passaram a ser processados através do IGCP - cerca de 140 mil vencimentos por mês.

Nº de contas por tipo de cliente no InternetBanking



Nº total de utilizadores no InternetBanking



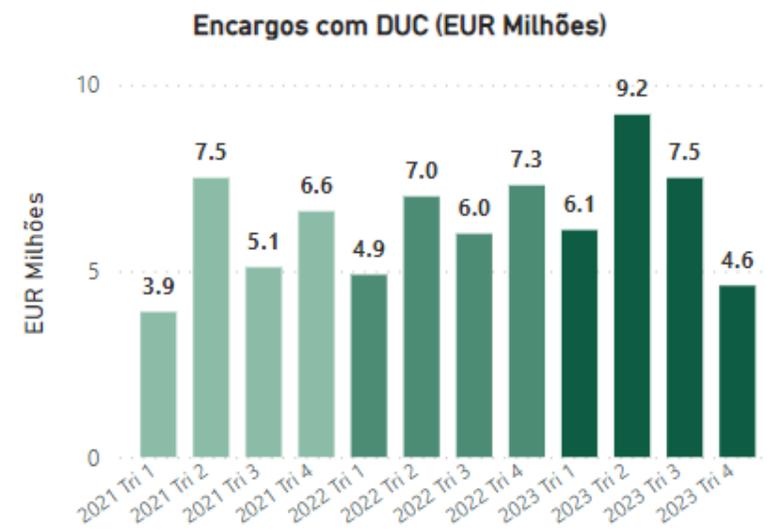
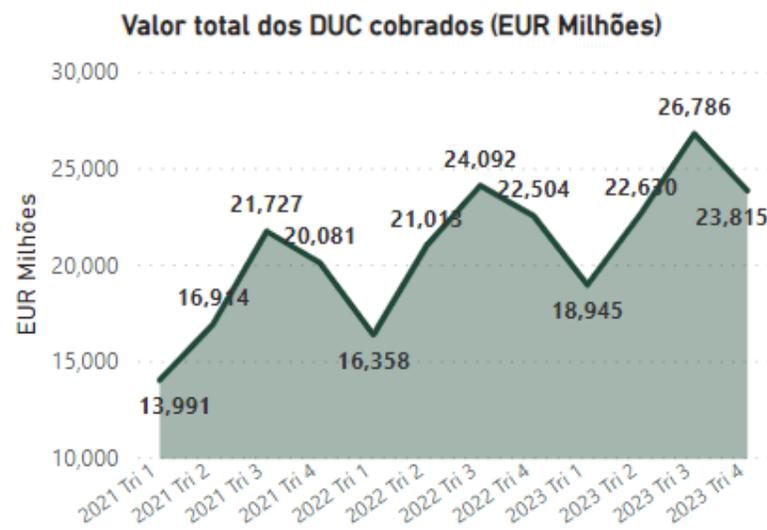
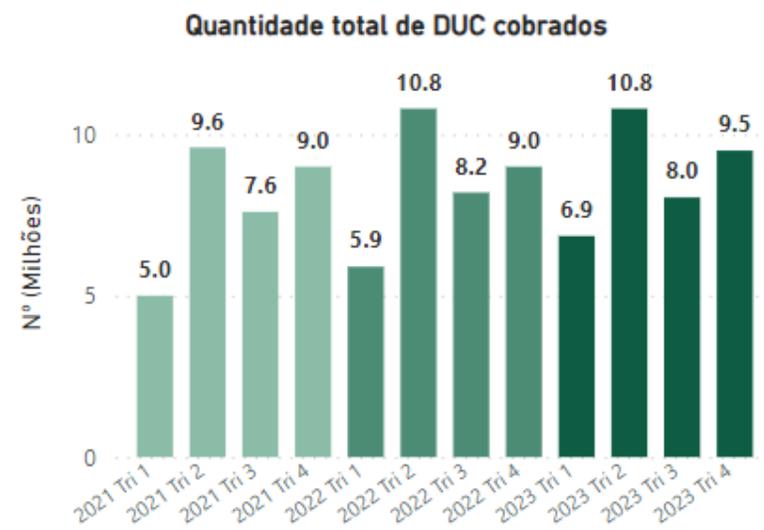
2.2.3 Corporate

Rede de Cobranças do Estado (RCE)

A Rede de Cobranças do Estado (‘RCE’) tem 167 DUC, dos quais 20 de Clientes Corporate. Em 2023, foram cobradas mais de 35 milhões de referências DUC (+3,8% vs. 2022), num valor superior a 92.000 M€ (+9,8 % vs. 2022), a maioria respeitante à Autoridade Tributária (‘AT’): 95% em quantidade e 88% em valor cobrado.

A cobrança de impostos/DUC apresenta alguma sazonalidade, nomeadamente em:

- maio: IMI (prestação única ou 1ª prestação) e IVA (trimestral);
- agosto: IMI (2ª prestação), IVA (trimestral) e IRS;
- novembro: IMI (3ª prestação) e IVA (trimestral).

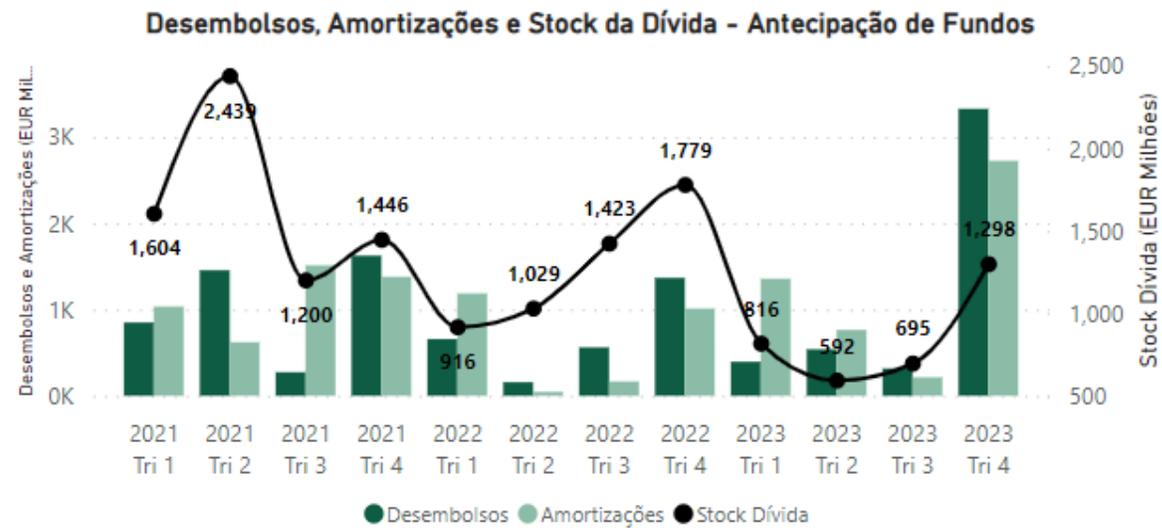
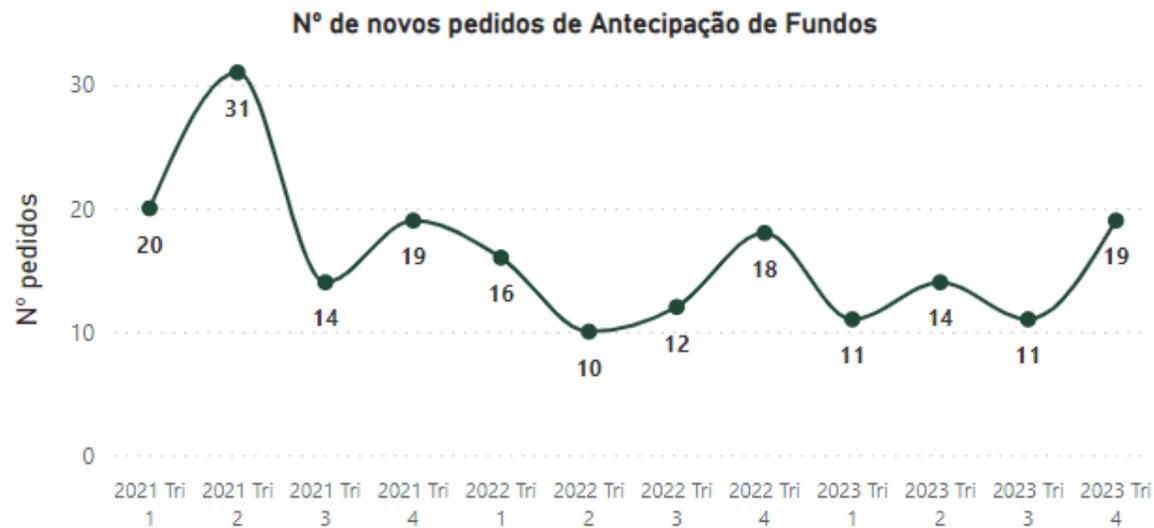


2.2.3 Corporate

Antecipação de Fundos

O número de pedidos de antecipação de fundos pelos Serviços e Fundos Autónomos tem vindo a reduzir-se desde 2021, expressão que se traduz também na diminuição dos valores em dívida.

No final de 2023, registou-se um acréscimo de montante, associado ao programa comunitário Portugal 2020.

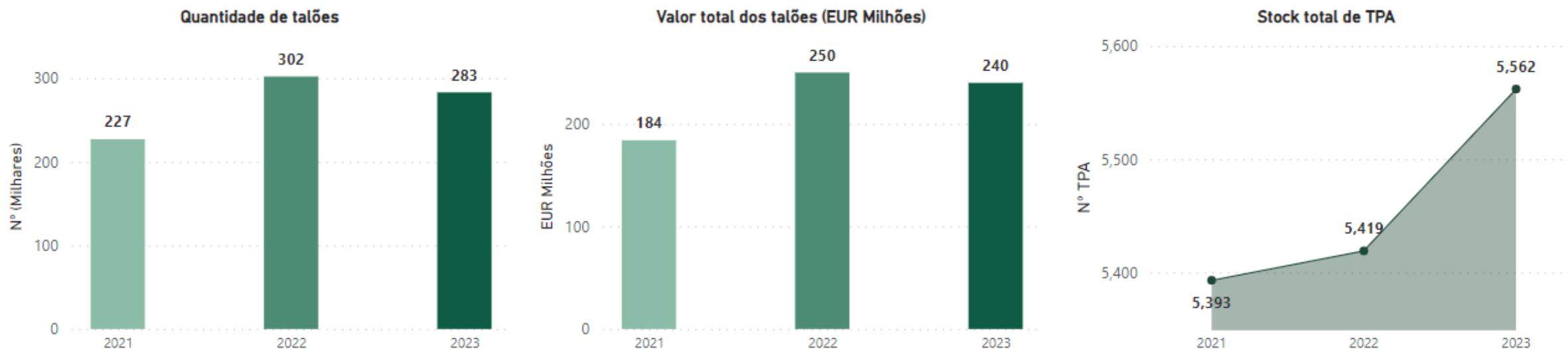


2.2.3 Corporate

Depósitos Externos e TPA

O valor dos depósitos de cheques e numerário dos Clientes Corporate, com recurso ao circuito dos Depósitos Externos, diminuiu em cerca de 50% nos anos afetados pela pandemia. À medida que os níveis de alerta Covid foram baixando, a utilização do procedimento foi retomada, ainda que gradual e lentamente. Os números atuais rondam apenas 60% dos da pré-pandemia, o que significa que terá havido uma transição para o uso de meios de pagamento eletrónicos.

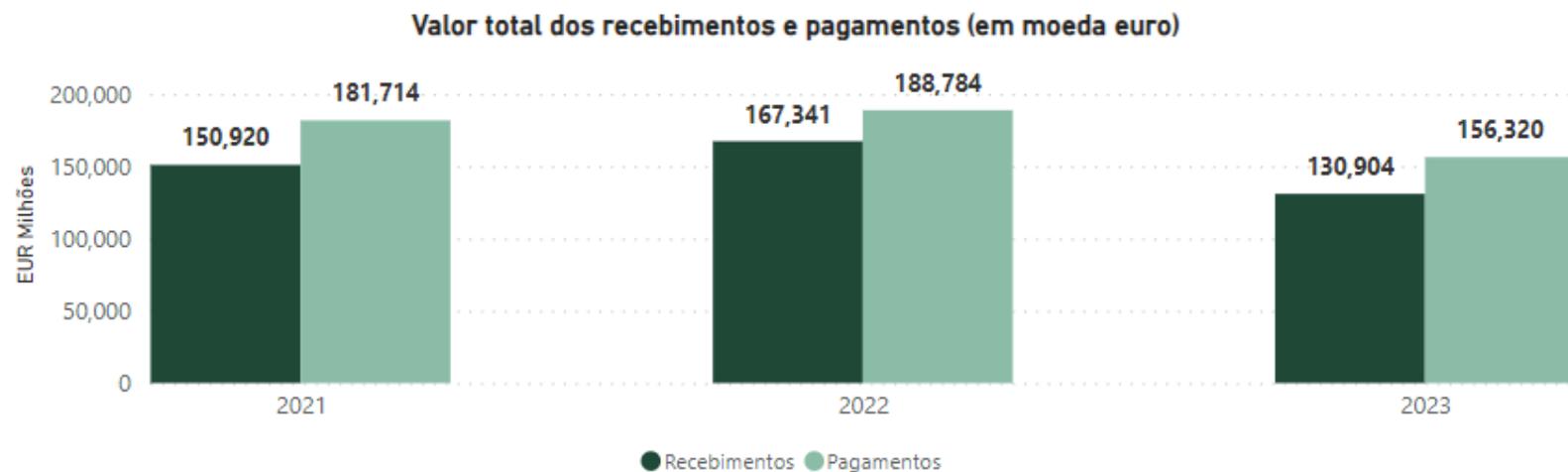
A quantidade de TPA instalados está relacionada com a valorização dos meios de pagamento eletrónicos pelos Clientes Corporate, em resultado tanto das constantes inovações na área de pagamentos, como da disponibilidade e apoio do IGCP na implementação e acompanhamento de novos circuitos de centralização de valores na tesouraria do Estado.



2.2.3 Corporate

Recebimentos e Pagamentos

A evolução do valor de recebimentos e pagamentos em moeda euro no ano de 2023 (excluindo multibanco e devoluções) reflete a nova forma de movimentação de fundos no novo Target Consolidado, que introduziu avanços tecnológicos, processuais e de gestão, otimizando a gestão da liquidez e resultando numa ligeira redução dos montantes recebidos/pagos a partir do mês de março, devido a uma gestão mais ativa, através das contas tituladas pelo IGCP.



2.3.1 Compliance



Prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

O IGCP obedece aos deveres preventivos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo ('BCFT') através dos produtos de Aforro (Lei nº 83/2017, de 18 de agosto).

- ▶ O risco de BCFT na comercialização de produtos de aforro é baixo, de acordo com o modelo de avaliação interna;
- ▶ Em 2023, foram efetuadas 379 análises de risco às Contas Aforro, que deram origem a 19 Comunicações de Operações Suspeitas ('COS') à UIF/DCIAP;
- ▶ Apesar do sistema de prevenção de BCFT se encontrar em linha com os requisitos da Lei nº 83/2017, a Agência adotou um conjunto de iniciativas de melhoria, destacando-se a implementação de um plano para atualização dos elementos de identificação pessoal dos titulares de Contas Aforro (os dados mais recentes apontam para 41% de clientes com ficha totalmente preenchida na base de dados, face a 14% no início do ano).



Prevenção do risco de corrupção e infrações conexas

No contexto de operacionalização da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção ('MENAC') e estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção ('RGPC').

- ▶ Em conformidade, o Programa de Cumprimento de Normativo ('PCN') do IGCP entrou em vigor em junho;
- ▶ O PCN inclui um (i) plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas ('PPR'), (ii) um código de conduta, (iii) um canal de denúncias e um (iv) programa de formação;
- ▶ Como grandes objetivos do PPR, destacam-se: o (i) estabelecimento de uma metodologia na avaliação do risco de corrupção e infrações conexas, a (ii) identificação de situações potenciadoras de risco de corrupção e infrações conexas, o (iii) planeamento e concretização de medidas de prevenção e controlos para mitigar e prevenir os riscos não toleráveis e a (iv) definição de um modelo de monitorização e reporte;
- ▶ Em 2023, foram desenvolvidas ações de formação nestas matérias, que serão mantidas nos programas de formação anual futuros da Agência.



379 análises de risco às contas aforro



19 Comunicações de Operações Suspeitas



41% de clientes com dados de identificação atualizados



Programa de Cumprimento de Normativo em vigor desde junho



2.3.2 Auditoria interna, revisão de normativo e qualidade

Plano anual de auditorias internas e revisão de normativo

O IGCP implementa um plano anual de revisão do normativo interno, que abrange a generalidade dos processos e atividades desenvolvidas pela agência, ao mesmo tempo que executa um programa anual de auditorias internas, com o intuito de monitorizar e avaliar a eficácia das práticas de gestão de risco implementadas e do sistema de controlo interno.

- ▶ Do programa anual de auditorias internas para o ano de 2023, foram realizadas as seguintes ações de auditoria: (i) reorganização do circuito operacional dos processos de habilitação de herdeiros ('HH'), (ii) controlo orçamental da despesa no Serviço de Gestão Administrativa ('SGA'), (iii) regime de teletrabalho, (iv) auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade ('SGQ'), e (v) programa Autovoucher;
- ▶ Destas auditorias, resultou um conjunto de constatações e recomendações que deram origem à elaboração de planos de ação, conducentes à implementação de medidas corretivas e à revisão do normativo interno;
- ▶ Adicionalmente, foi implementado um controlo detetivo, bimensal, com o intuito de identificar eventuais inconformidades nos procedimentos de alteração dos IBAN associados às contas dos Aforristas.

Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2015

O IGCP é, desde 2012, certificado em Sistemas de Gestão da Qualidade ('SGQ') pela ISO 9001:2015 (anterior ISO 9001:2008)

- ▶ Em 2023, foi obtida a primeira recertificação desde que o ciclo de recertificação se iniciou;
- ▶ Na auditoria de recertificação foram identificadas 5 não conformidades, resolvidas dentro do prazo estipulado, e 2 observações/oportunidades de melhoria, cuja implementação se concluirá o mais brevemente possível.



5 auditorias internas realizadas em 2023



Recertificação pela norma ISO 9001:2015



Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria registadas no SGQ



2.4 Eventos subsequentes e Perspetivas



Eventos subsequentes

Cabe destacar os seguintes acontecimentos verificados após o encerramento das contas:

- ▶ A Agência de notação de rating S&P fez o **upgrade** da sua notação para o nível A-, com manutenção do outlook positivo, conferindo ao IGCP uma notação **A- ou superior** nas principais agências de rating;
- ▶ Entrou em operação o **alargamento da rede de colocação dos Produtos de Aforro às redes físicas ou digitais** das instituições financeiras para além das existentes redes postal dos CTT e Espaços do Cidadão e da plataforma eletrónica do Estado, Aforronet;
- ▶ Ficou concluído o **estudo de viabilidade que suporta o investimento infraestrutural da Transformação Digital** da Agência;
- ▶ Foi já **realizado c. 50% do Plano de Financiamento** de dívida pública para 2024.



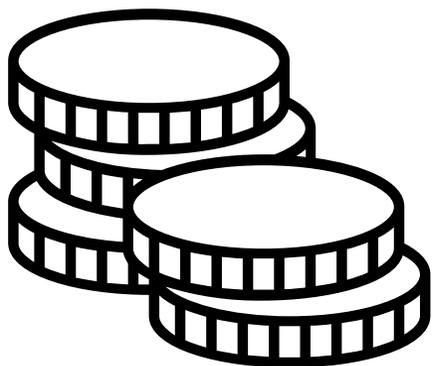
Perspetivas futuras

Durante o exercício de 2024, a gestão conta prosseguir, para além das atividades correntes, com a realização dos seguintes projetos que decorrem do Plano Estratégico:

- ▶ Lançamento do **Concurso Público Internacional** para o contrato de infraestruturização da Transformação Digital;
- ▶ Arranque do projeto trip-partido - AMA, Entidades Administradoras da receita (e.g. AT) e IGCP - para a disponibilização de **DUC em tempo real** às empresas e aos cidadãos;
- ▶ Aprovação da **Carteira Benchmark** para a dívida pública;
- ▶ **Alargamento e digitalização dos interfaces** entre a Agência e os Investidores em dívida pública e os Aforristas.



3. Análise às Contas



- ▶ 3.1 Análise às Demonstrações Financeiras
- ▶ 3.2 Proposta de aplicação de Resultados

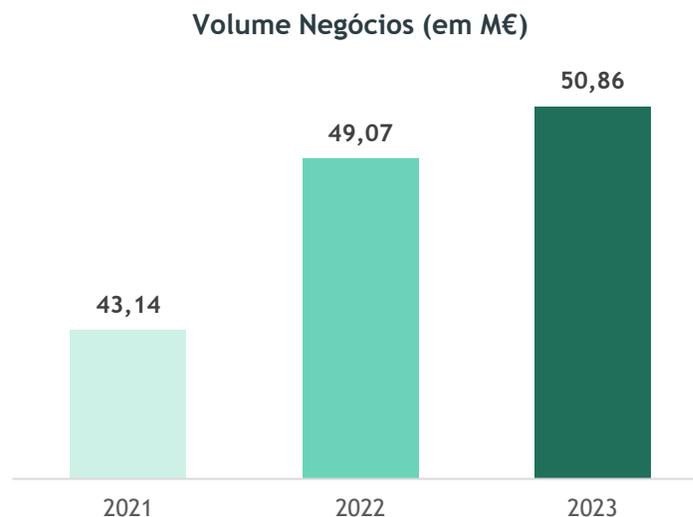


3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do IGCP é composto por 3 tipos de receita:

- ▶ **Gestão da Tesouraria e da Dívida Direta do Estado**, relacionada com a Área de Negócio da Dívida Direta do Estado e do Retalho, e cuja receita única é a Comissão de Gestão (de min. 0,1^o/₀₀ e máx. 0,15^o/₀₀ do valor do stock dívida direta do Estado existente a 31 de dezembro do ano anterior definida na alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º do Decreto-Lei 200/2012 de 27 de agosto;
- ▶ **Transferências do Orçamento de Estado** para a liquidação da comissão dos DUC;
- ▶ **Atividade Bancária inerente ao Princípio da Unidade de Tesouraria**, relacionada com a Área de Negócio do *Corporate* e cujas receitas são equivalentes ao *pass-through* das comissões e custos dos produtos e serviços bancários suportados pelo IGCP com o sistema financeiro utilizados pelo Setor Empresarial do Estado, Serviços Integrados e Fundos e Serviços Autónomos.



Volume de Negócios

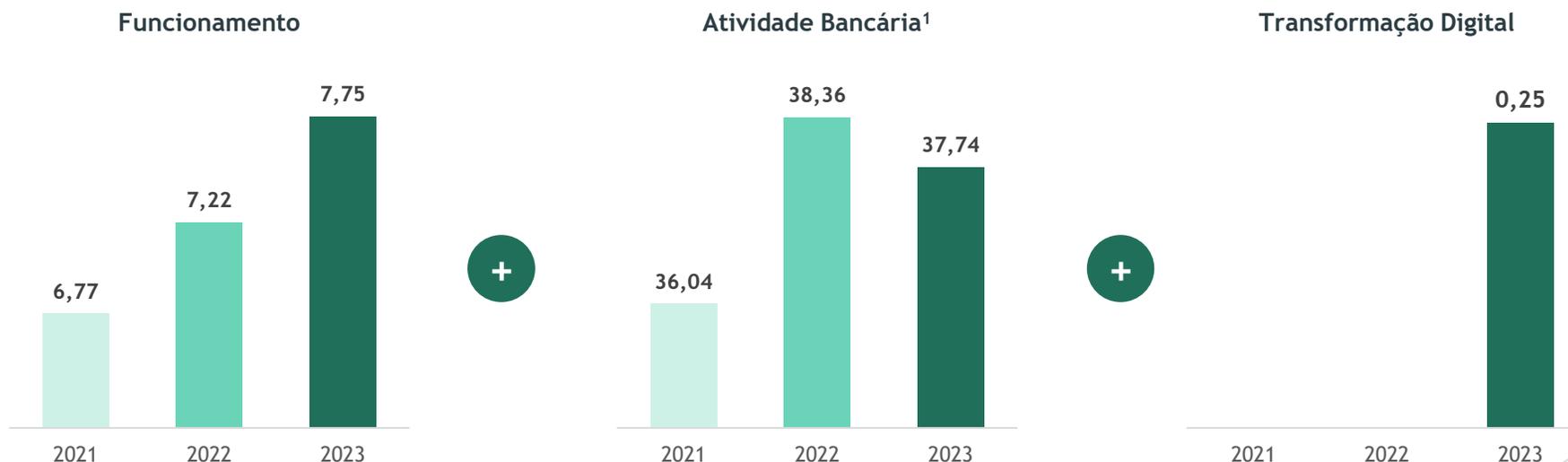
Acréscimo de +3,6%
em 2023
(face a +13,7% em 2022)

3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

Despesas

Analiticamente, as despesas do IGCP, subdividem-se em três áreas:

- ▶ **Funcionamento**, relacionada com a Área de Negócio da Dívida Direta do Estado e do Retalho, e que abrange os custos de estrutura da Agência;
- ▶ **Atividade Bancária**, relacionada com a Área de Negócio do segmento Corporate, e que abrange as comissões e custos dos produtos e serviços bancários suportados pelo IGCP com o sistema financeiro;
- ▶ **Atividade de Investimento**, relacionada com os trabalhos prévios e estudos de viabilidade ao investimento em Ativos Tangíveis e Intangíveis da Transformação Digital.



(valores em milhões de €)

¹ Gastos Líquidos de 0,585 M€ de receitas extraordinárias, correspondentes à devolução de DUC indevidamente cobrados



Atividade Bancária

Decréscimo de 1,6% em 2023
(face a aumento de 6,4% em 2022)



Funcionamento

Acréscimo de +7,6% em 2023
(face a +6,7% em 2022)

3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

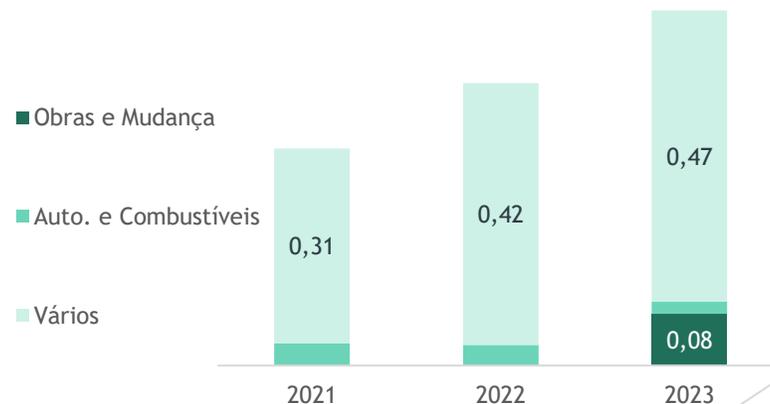
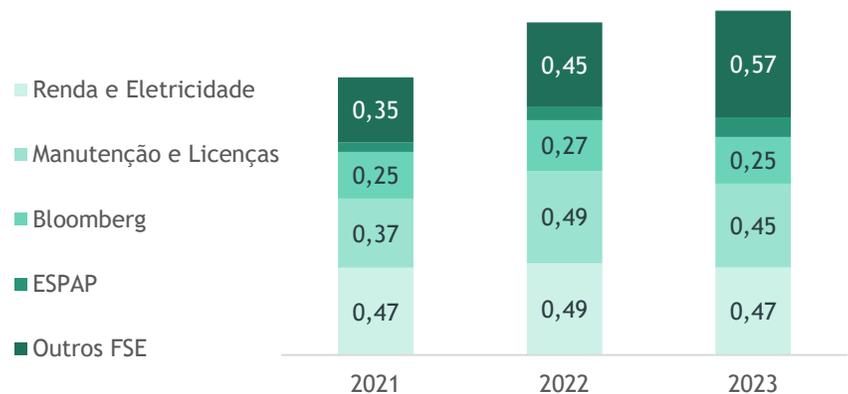
Despesas de Funcionamento

A evolução das despesas de funcionamento foi a seguinte:



Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos ('FSE'), os principais encargos foram os seguintes:

E em Outros FSE:



(valores em milhões de €)



FSE

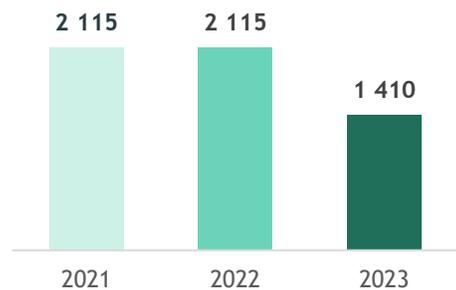
Acréscimo de +3,4% em 2023 (face a +19,9% em 2022)

3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

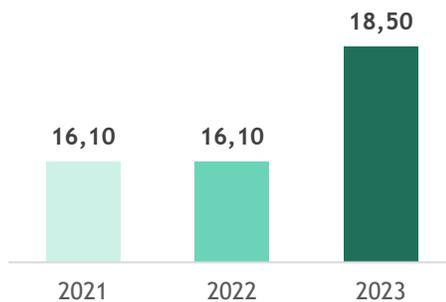
Rendas

Em novembro de 2022, o proprietário comunicou um aumento da renda de c. 30%, a aplicar a partir de maio de 2023. Para mitigar o efeito, o IGCP reduziu de 3 para 2, o número de pisos ocupados, a partir de julho de 2023.

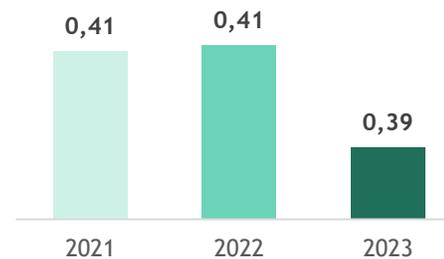
Área de Escritório (em m²)



Renda mensal (€/m²)



Renda (milhões de €)



Espaço de Escritório

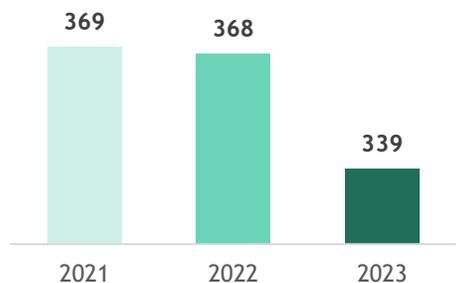
Redução de 1/3 em 2023

(para mitigar o efeito do agravamento das rendas)

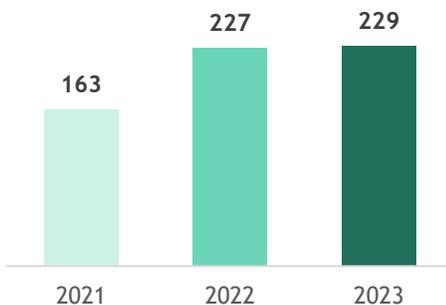
Eletricidade

Após o aumento do preço da energia em 2022, a redução de gastos com eletricidade da Agência resultou essencialmente da redução do consumo resultante da redução da área de escritório ocupada.

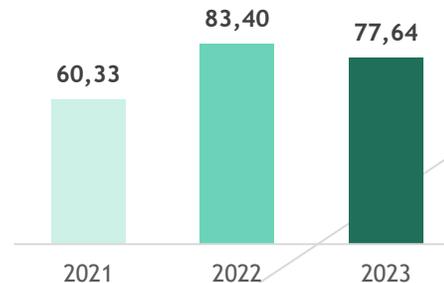
Consumo (em MWh)



Preço Eletricidade (€/MWh)



Encargos (milhares de €)



Eletricidade

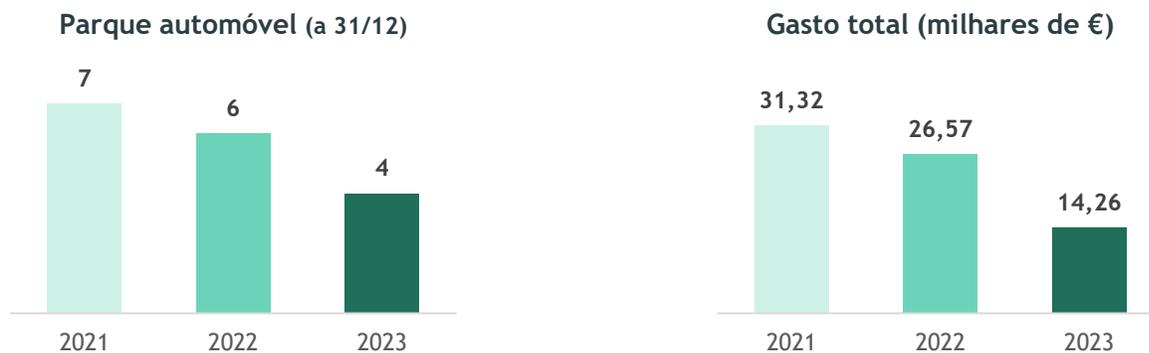
Redução de consumo 7,8% em 2023

(para mitigar o efeito do aumento dos preços da energia)

3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

Automóveis

Em 2023, o IGCP iniciou o processo de redução e de renovação do parque automóvel (com idade superior a 20 anos), substituindo os veículos a combustão por veículos elétricos e híbridos, com poupanças significativas em custos de manutenção.



Combustíveis

A redução dos consumos resultantes da recomposição do parque automóvel permitiu mitigar o efeito da subida do preço de petróleo.



Frota Automóvel

Redução de 3/7 em 2023
 (e renovação da frota para modelos elétricos e híbridos, com impacto ao nível das emissões e na redução dos encargos com conservação)



Consumo Combustível

Redução de 13% em 2023

3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

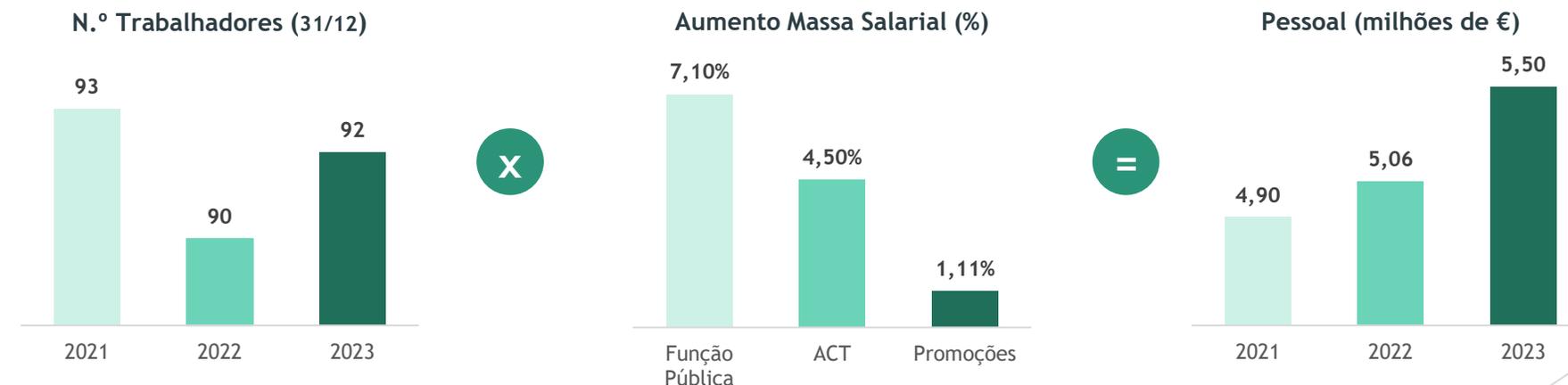
Pessoal

Conforme referido anteriormente, o IGCP continua a recrutar ativamente no mercado, na tentativa de repor o quadro autorizado de pessoal de 98 trabalhadores, que detinha no 2º trimestre de 2022 (vs. 109 trabalhadores em 2012).

No âmbito dos Despachos SE Tesouro e SE Finanças, de 15/12/2022 e 12/05/2023, a Agência aplicou as seguintes valorizações remuneratórias:

- ▶ **Funcionários Públicos**, entre 6,1% e 8,4% em função do posicionamento na tabela salarial, com efeitos a 1 de janeiro;
- ▶ **ACT bancários**, 4,5%, com efeitos a 1 de janeiro;
- ▶ **Promoções**: 40 mil €, com efeitos a 1 de maio;

No cômputo geral, o aumento da massa salarial nos termos dos referidos Despachos foi de 6,10%.



Massa Salarial

+6,10%
(evolução determinada nos termos dos Despachos da tutela)

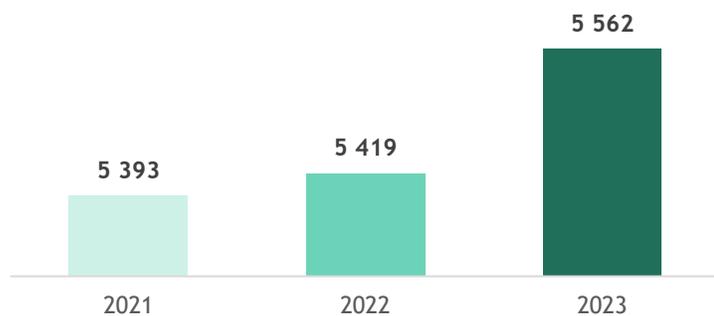
+2,2%
trabalhadores

3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

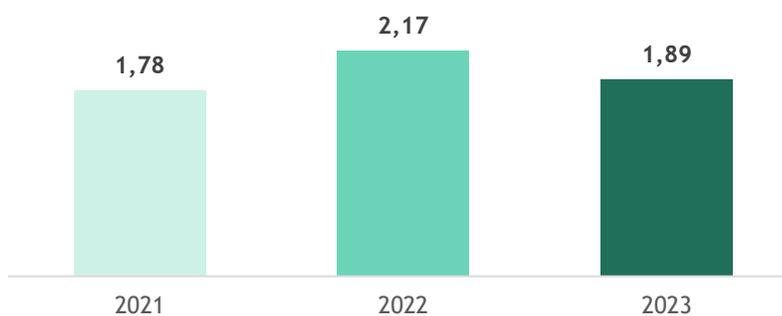
Despesas da Atividade Bancária

A evolução das principais despesas da atividade bancária foram as seguintes:

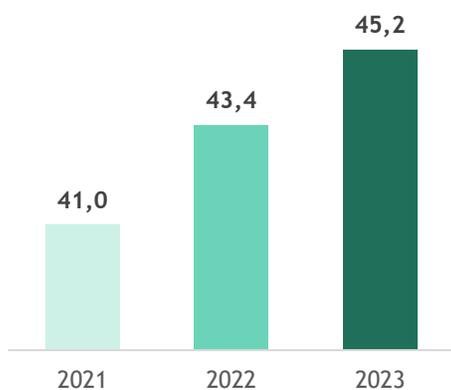
N.º de TPAs instalados (31/12)



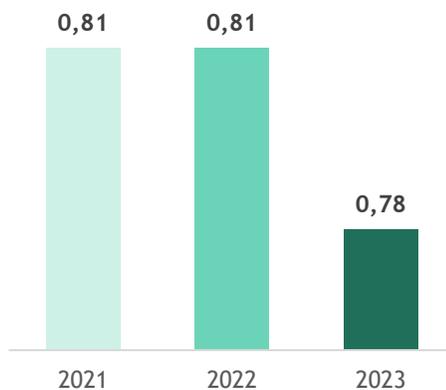
Gasto total (milhões de €)



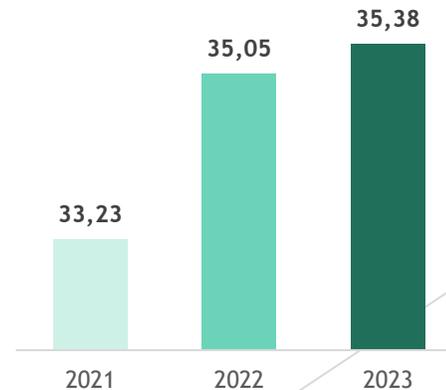
Transações DUC e Multibanco (milhões un.)



Custo s/ IVA (€/un.)



Gasto total (milhões de €)



DUC

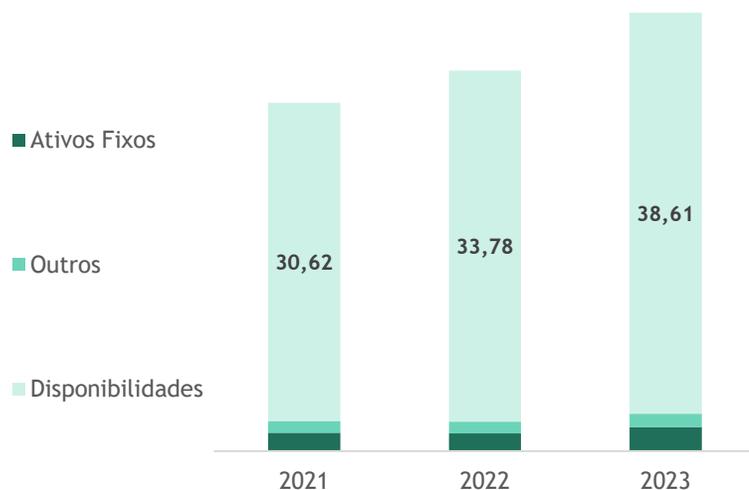
Redução de 3,7% dos encargos unitários em 2023

3.1 Análise às Demonstrações Financeiras

Ativo

O Ativo da Agência é composto a 91% pelas disponibilidades financeiras em Caixa e aplicadas em CEDIC.

No exercício, o valor das disponibilidades aumentou 14% fruto dos resultados do exercício.

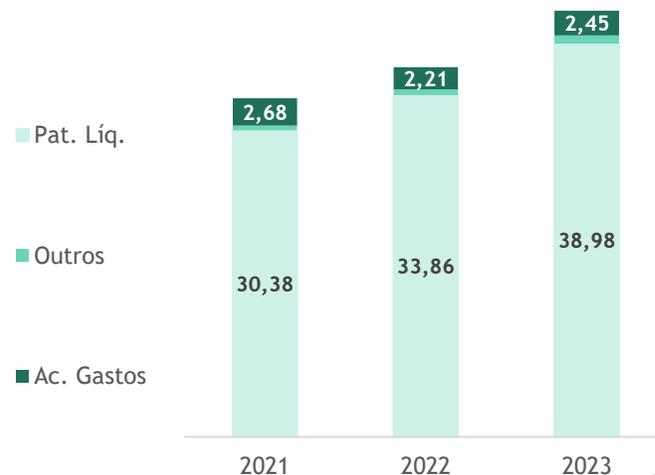


Património Líquido e Passivo

O Património Líquido e Passivo da Agência é composta a 92% pelos Resultados Transitados e Resultados de Exercício.

No exercício, o valor da Situação Líquida aumentou 15% fruto dos resultados do exercício.

A conta de Acréscimos de Gastos, que registou um acréscimo de 10%, é composta essencialmente por especialização de encargos com Pessoal (24%) e com comissões e serviços bancários especializados (76%).



Situação Líquida

39 M€
(+15% face a 2022)

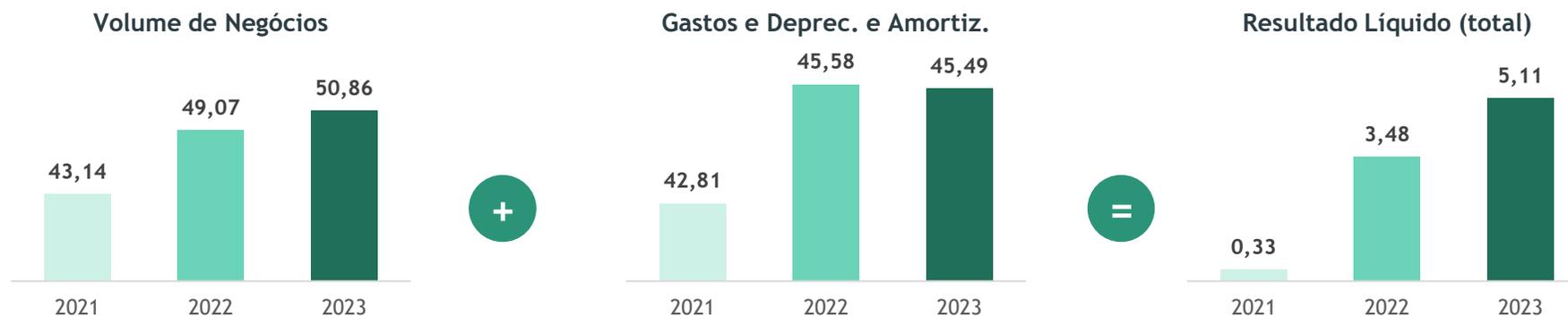
Caixa e CEDIC

39 M€
(+14% face a 2022)

3.2 Proposta de aplicação de Resultados

Resultados Líquidos

Do disposto anteriormente, resulta a seguinte evolução dos Resultados Líquidos da Agência:



(valores em milhões de €)

Proposta de aplicação de Resultados

De forma a financiar o investimento da infraestrutura de Transformação Digital da Agência, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 5.113.169,84 euros, seja aplicado em resultados transitados.

O Conselho de Administração:

Miguel Martín
Presidente

Rita Granger
Vogal

Rui Amaral
Vogal



Resultado Líquido
+47%

Aplicação Resultados

5.113.169,84 €
em Resultados
Transitados

4. Anexos



- ▶ 4.1 Demonstrações Financeiras
- ▶ 4.2 Demonstrações Orçamentais
- ▶ 4.3 Cumprimento das orientações e disposições legais das EPE

